

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE
RIBEIRÃO PRETO
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE

BRUNO MEGGIATO GRABERT

Sinalização de mudanças de procedimentos de auditoria e escolha contábil.

ORIENTADOR: PROF. DR. VINICIUS AVERSARI MARTINS

Ribeirão Preto

2014

Prof. Dr. Marco Antonio Zago
Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Sigismundo Bialoskorski Neto
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto

Prof. Dra. Adriana Maria Procópio de Araújo
Chefe do Departamento de Contabilidade

Prof. Dr. André Carlos Busanelli de Aquino
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade

BRUNO MEGGIATO GRABERT

Sinalização de mudanças de procedimentos de auditoria e escolha contábil.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências.

ORIENTADOR: PROF. DR. VINICIUS
AVERSARI MARTINS.

RIBEIRÃO PRETO

2014

Versão Corrigida. A original encontra-se disponível na FEA-RP/USP

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial desse trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

Grabert, Bruno Meggiato

Sinalização de mudanças de procedimentos de auditoria e escolha contábil.
Ribeirão Preto, 2014.
93 p. : il.; 30cm

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Economia,
Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto/USP. Área de concentração:
Contabilidade.

Orientador: Martins, Vinicius Aversari

1. Escolhas contábeis. 2. Teoria da dissuasão. 3. Teoria da ilusão interpessoal. 4. Teoria da atribuição. 5. Quase-experimento em contabilidade. 6. Auditoria

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: GRABERT, Bruno Meggiato

Título: Sinalização de mudanças de procedimentos de auditoria e escolha contábil.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Dedicatória

Dedico esse trabalho a toda minha família e à minha parceira e futura esposa Elisa pelo apoio incondicional que me deram.

Agradecimentos:

- À minha família, pelo apoio irrestrito, carinho, paciência e incentivo que sempre deram.
- À Elisa, minha musa inspiradora, incentivadora, pelo amor, carinho e apoio incondicional.
- Ao meu sogro e à minha sogra, pelo acolhimento, apoio e preocupação que sempre deram.
- Ao Prof. Dr. Vinicius Aversari Martins pelas reuniões produtivas, pela criatividade e pelo apoio que deu nessa dissertação.
- Ao meu coach Rodrigo Furlan, pelos conselhos e apoio para início dessa caminhada.
- À PwC, pelo apoio e incentivo pela busca do conhecimento.
- Ao amigo Rafael Gatsios, pela ajuda indispensável para a conclusão do trabalho.
- A todos que incentivaram e torceram pela conclusão de mais esse desafio.

“A vida é igual a andar de
bicicleta. Pra manter o equilíbrio é
preciso se manter em movimento.”
– **Albert Einstein**

RESUMO

GRABERT, B. M. (2014) Sinalização de mudanças de procedimentos de auditoria e escolha contábil. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.

Este trabalho tem como objetivo avaliar se há impacto da sinalização de mudanças de procedimentos da auditoria independente sobre as escolhas contábeis feitas pelo agente auditado. Mudanças na natureza, tempo e extensão dos procedimentos de auditoria podem provocar diferentes percepções e consequentes mudanças de comportamento e nas escolhas dos executivos da empresa auditada. Para capturar a mudança de escolha dos executivos, utilizei-me de um quase-experimento com alternativas distintas de arranjos de Unidades Geradoras de Caixa que, ao serem submetidas aos testes de *impairment*, produziam resultados financeiros antagônicos e, consequentemente, benefícios e riscos diferentes. Os 132 participantes do quase-experimento foram alunos de MBA, de mestrado e doutorado em contabilidade e auditores. Com base nas teorias da dissuasão, da ilusão interpessoal e da atribuição, observei que há evidências de que a sinalização de mudanças na natureza dos procedimentos de auditoria influencia na escolha contábil considerada contra as políticas da firma. Para a análise dos resultados, apoiei-me em conhecimentos de disciplinas, como a psicologia, que discorrem sobre as escolhas dos gestores sob a influência de determinados incentivos e nas teorias expostas acima.

Palavras chave: Escolhas contábeis. Teoria da dissuasão. Teoria da ilusão interpessoal. Teoria da atribuição. Quase-experimento em contabilidade. Auditoria.

ABSTRACT

GRABERT, B. M. (2014) Signaling of changes in audit procedures and accounting choice. Master's thesis – School of Economics, Business Administration and Accounting at Ribeirão Preto, University of São Paulo.

This study aims to evaluate whether the signaling of changes in the independent audit procedures affect the audited agent's accounting choices. Changes in the nature, timing and extent of audit procedures can cause different perceptions and consequent changes in behavior and in the choices of executives in the audited company. To capture the change in the executives' choices, a quasi-experiment is undertaken with different alternative arrangements of cash-generating units which, when subject to impairment tests, produce antagonistic financial results and, hence, different benefits and risks. The 132 participants in the quasi-experiment were MBA students and auditors. Based on the deterrence, interpersonal deception and attribution theories, the evidence shows that the signaling of changes in the nature of the audit procedures influences the accounting choice that is considered as going against the firm's policies. The analysis of the results rests on knowledge from disciplines like psychology, which discuss the managers' choices under the influence of certain incentives and in the theories indicated above.

Key words: Accounting choices. Deterrence theory. Interpersonal deception theory. Attribution theory. Quasi-experiments in accounting. Auditing.

LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1</i> - Modelo de Validação Preditiva.....	30
<i>Figura 2</i> - Organograma fictício do grupo de empresas onde ocorreu o quase-experimento ..	34
<i>Figura 3</i> - Gráfico demonstrando a proporção entre os participantes homens e mulheres.	44
<i>Figura 4</i> - Formação dos participantes.....	45
<i>Figura 5</i> - Proporção de auditores e não auditores.....	46
<i>Figura 6</i> - Gráfico bicaudal demonstrando a região crítica do teste qui-quadrado.....	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Possíveis situações que o gestor se depararia.....	35
Tabela 2 - Possíveis arranjos de UGCs e impactos no resultado e no bônus	36
Tabela 3 - Possíveis escolhas e possíveis consequências	37
Tabela 4 - Possíveis situações aplicadas aos participantes.....	38
Tabela 5 - Apresentação dos dados obtidos no quase-experimento.	39
Tabela 6 - Apresentação dos dados obtidos no quase-experimento por meio de intervalos. ...	40
Tabela 7 - Possíveis situações aplicadas aos participantes no pré-teste	41
Tabela 8 - Faixa etária dos participantes.	44
Tabela 9 - Quantidade de filhos por participante.	45
Tabela 10 - Tempo de atuação como gestor.	46
Tabela 11 – Escolhas contábeis dos participantes em cada situação do quase-experimento. ..	47
Tabela 12 - Resultado regressão Logit	49
Tabela 13 - Situações e escolhas de mulheres e homens.....	49
Tabela 14 - Situações e escolhas de participantes sem e com experiência de gestor	50
Tabela 15 - Situações e escolhas de participantes auditores e não auditores.	50
Tabela 16 – Situações e atribuição de moralidade	51
Tabela 17 - Comparação escolhas em nome do gestor e em nome próprio na situação 1 (MAA)	52
Tabela 18 - Resultado teste t para atribuição de moralidade na situação 1	53
Tabela 19 - Comparação escolhas em nome do gestor e em nome próprio na situação 2 (FE)	54
Tabela 20 - Resultado teste t para atribuição de moralidade na situação 2	54

LISTA DE ABREVIATURAS

FE: Fontes externas

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MAA: Mesmo que o Ano Anterior

MBA: *Master in Business Administration*

NBC TA: Normas Brasileiras de Contabilidade – Técnicas de Auditoria

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	REVISÃO DE LITERATURA E DESENVOLVIMENTO DE HIPÓTESES.....	19
2.1	Abordagem econômica.....	19
2.1.1	Teoria da firma.....	19
2.2	Abordagem psicológica e desenvolvimento de hipóteses	21
2.2.1	A teoria de dissuasão.....	24
2.2.2	A teoria da ilusão interpessoal.....	24
2.2.3	A teoria da atribuição	27
3	ESTRATÉGIA DE PESQUISA.....	28
3.1	Pesquisas experimentais	28
3.2	Objetivo do quase-experimento	29
3.2.1	Variáveis independentes.....	31
3.2.2	Variáveis dependentes.....	32
3.2.3	Variáveis de controle.....	33
3.3	Estratégia do quase-experimento.....	33
3.4	Participantes do quase-experimento.....	38
3.5	Pré-teste.....	41
4	RESULTADOS E ANÁLISES.....	41
4.1	Testes de verificação	41
4.1.1	Critérios para exclusão de participantes.....	42
4.2	Resultados	43
4.2.1	Apresentação e análise descritiva dos dados obtidos no quase-experimento.....	43
4.2.2	Testando se a sinalização de mudanças nos procedimentos de auditoria impacta nas escolhas contábeis dos gestores	46
4.2.2.1	Análise das variáveis de controle	48
4.2.3	Testando se os gestores reconhecem mais imoralidade quando respondem em nome dos outros do que quando respondem por si próprios	51
5	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
5.1	Interpretação dos resultados sob a luz da teoria de dissuasão	55
5.2	Interpretação dos resultados sob a luz da teoria da ilusão interpessoal.....	56
5.3	Interpretação dos resultados sob a luz da teoria da atribuição	57
5.4	Considerações finais.....	57
6	REFERÊNCIAS.....	61
	APÊNDICE A.....	65
	APÊNDICE B	72
	APÊNDICE C.....	79
	APÊNDICE D.....	86

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo avaliar se a sinalização de mudanças nos procedimentos da auditoria independente impacta nas escolhas contábeis feitas pelo agente auditado.

A maioria das pesquisas em escolhas contábeis não incluem outros tomadores de decisão que não os executivos internos à empresa. Isso conduz os esforços e pensamentos para a linha de que somente essa categoria é tomadora de decisão (Francis, 2001). Dessa maneira, a maioria das pesquisas desconsideram a relevância e a influência de tomadas de decisões externas às empresas que podem interferir nas decisões internas à empresa.

Atualmente, tem-se dado ênfase na auditoria não só como um mecanismo de detecção de fraude, como também de dissuasão ou prevenção de fraude, exemplo disso é a recente atualização, em 2011, da norma técnica de auditoria que trata da responsabilidade do auditor em relação aos riscos avaliados, a NBC TA 330. São escassas as pesquisas em auditoria. Prova disso é o número reduzido de trabalhos apresentados nos principais congressos de contabilidade: no XIV Congresso USP apenas 5 de 67 trabalhos e no 19º Congresso Brasileiro de Contabilidade apenas 3 de 76 trabalhos estudaram a auditoria de alguma maneira. Ainda assim, nenhum desses trabalhos investigou o impacto dos procedimentos de auditoria no *output* da informação contábil.

Por isso, é importante entender como os gestores percebem diferentes ações da auditoria e se essas ações possuem diferentes efeitos dissuasivos sobre eles. Ademais, esta pesquisa tem sua importância justificada na medida em que expande o entendimento sobre escolhas contábeis incluindo tomadores de decisão externos à empresa. Há poucas pesquisas como a de Chen, Kelly e Salterio (2012) que discutem relações causais entre mudanças de atividades de auditoria e reflexos no comportamento do gestor da companhia auditada, o que potencializa essa pesquisa a ser uma das primeiras no assunto no Brasil.

Libby, Bloomfield e Nelson (2002), na ilustração de suas perspectivas sobre como pesquisas experimentais podem ser conduzidas com sucesso, citam que, em geral, os estudos analisados por eles dão evidências que gestores e auditores usam a flexibilidade inerente à estrutura conceitual para fazer escolhas que são favorecidas pelos seus incentivos. Nesse

mesmo artigo, os autores aclamam pela continuidade das análises de como os incentivos de gestores e auditores afetam as suas escolhas.

Sendo assim, neste trabalho verifiquei se sinalização de mudanças nos procedimentos de auditoria provoca mudanças no processo cognitivo do agente auditado na execução da escolha contábil. Sabe-se que mudanças na natureza, tempo e extensão dos procedimentos de auditoria podem provocar diferentes percepções e, conseqüentemente, mudanças no comportamento e nas escolhas contábeis dos executivos da empresa auditada. (Chen, Kelly & Salterio, 2012).

Nesse contexto surge o problema de pesquisa a ser investigado: a sinalização de mudanças nos procedimentos de auditoria provoca mudanças nas escolhas contábeis dos gestores?

A pesquisa foi realizada sob as perspectivas da teoria da firma, teoria de dissuasão, teoria da ilusão interpessoal e teoria da atribuição.

Para a perspectiva da firma, assume-se que há custo de contratação e monitoramento dos contratos entre agentes e principais e, sem esses custos, a discussão a respeito dos incentivos que levam a determinada escolha contábil não haveria sentido, pois, nesse caso extremo, a escolha contábil não teria efeito sobre o valor da firma. (Houlthausen, 1983).

Autores como Watts e Zimmerman (1986) afirmam que administradores recompensados com base nos resultados possuem elevado incentivo para aumento desses resultados, seja manipulando as regras de cálculo ou ainda escolhendo as regras que lhes favoreçam. Tal assertiva é corroborada por evidências apresentadas por Healy (1985), DeGeorge, Patel e Zeckhauser (1999), Pinnuck e Shekhar (2013) e Zang (2012).

A teoria de dissuasão propõe três fatores que afetam o julgamento dos gestores das companhias que estão sob suspeita de atitudes que não estejam de acordo com as políticas da firma: a certeza, a gravidade e a rapidez da punição. (Becker, 1968; Mendes & McDonald, 2001; Scheider, 2001). Quando os gestores percebem um aumento na certeza de que escolhas que não estejam de acordo com as políticas da firma podem ser descobertas e que punições severas poderão resultar dessas escolhas, o custo de efetuar a escolha aumenta e, conseqüentemente, o seu benefício esperado diminui (Scheider, 2001). Dessa maneira, os gestores poderiam ser dissuadidos de uma escolha que não esteja de acordo com as políticas

da firma se eles percebessem um aumento na probabilidade de punição quando eles observam a sinalização de mudanças nos procedimentos de auditoria.

A teoria da ilusão interpessoal é sustentada pela afirmação de que os gestores procuram associar as mudanças que ocorrem ao seu redor a possíveis oportunidades de interesse próprio. (Weik, Sutcliffe & Obstfeld, 2005; Hoffman & Zimelman, 2009). Essa afirmação é consistente com pesquisas experimentais em auditoria (Zimelman & Waller, 1999) nas quais argumentam que auditores e gestores comportam-se estrategicamente antecipando o comportamento do outro. Essa teoria explica como os gestores poderiam interpretar a sinalização de mudanças nas atividades de auditoria em seu processo de elaboração das informações contábeis e afirma que os gestores percebem o aumento da suspeita sobre eles quando notam a mudança nos procedimentos e no comportamento da auditoria. (Burgoon et al., 1995).

A teoria da atribuição mostra que, para escolhas contábeis com implicações morais, a previsão de pessoas a respeito do que os outros poderiam escolher é mais correlacionada com o comportamento real do que a previsão das pessoas sobre a escolha que elas mesmas fariam (Epley & Dunning, 2000). As pessoas tendem a ser mais otimistamente viesadas quando fazem escolhas sobre elas mesmas do que sobre outras pessoas e tendem a reconhecer mais imoralidade nas escolhas de outras pessoas do que nas suas (Peetz & Kammrath, 2013). Geralmente os indivíduos não querem ficar com uma má imagem deles mesmos e então podem subestimar suas intuições e superestimar as opiniões tidas como moralmente aceitáveis. (Grolleau; Ibanez & Mzoughi, 2012).

Examinei os efeitos dissuasivos acerca de uma sinalização de mudanças nos procedimentos de auditoria: mudança na natureza do procedimento de auditoria para obtenção de evidências com valores probatórios maiores. Também examinei se um gestor atribui mais imoralidade na escolha efetuada quando este faz a escolha em nome de outra pessoa do que quando faz a escolha em nome próprio.

Conduzi um quase-experimento aplicando um caso com alunos de cursos de MBA, de mestrado e doutorado relacionados com a área de contabilidade financeira e auditores buscando, inicialmente, captar as características de cada participante a fim de obter dados qualitativos que possam descrever algumas características chave para possíveis interpretações acerca das escolhas quando o agente é submetido a determinados procedimentos de auditoria.

Posteriormente, o caso forçou uma situação de mudança na natureza dos procedimentos de auditoria na tentativa de captar a mudança na escolha contábil deste agente.

Para a execução do quase-experimento, foi dado foco na percepção do gestor para as mudanças nos procedimentos de auditoria que ocorreram em outras filiais da empresa. Enquanto o procedimento de auditoria efetivo executado na sua própria divisão foi irrelevante e não constou no quase-experimento, pois o importante foi capturar o efeito de antecipação do agente em função da manutenção ou alteração dos procedimentos de auditoria sobre as suas escolhas contábeis.

Desenhei o quase-experimento levando em consideração o modelo de validação preditiva (Libby, 1981; Runkel & McGrath, 1972). Esse modelo proporciona uma descrição útil do processo de teste de hipóteses e ajuda na elaboração de desenhos de pesquisa com alto grau de validade interna e externa (Libby, Bloomfield & Nelson, 2002). A Figura 1 demonstra o modelo de validação preditiva para as hipóteses deste trabalho.

Por meio do quase-experimento executado, verifiquei que há evidências de que a sinalização de mudanças na natureza dos procedimentos de auditoria, para uma coleta de evidências independentes e com maior valor probatório, faz com que os gestores escolham arranjos de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) de acordo com as normas vigentes e com as políticas da firma, ao passo que a sinalização de não mudança na natureza dos procedimentos de auditoria, para uma coleta de evidências independentes e com maior valor probatório, faz com que os gestores escolham Unidades Geradoras de Caixa em desacordo com as normas vigentes e com as normas da firma. Verifiquei, também, que os gestores que responderam por si próprios não reconheceram mais moralidade na escolha do que os gestores que não responderam por si próprios.

O trabalho está estruturado da seguinte maneira:

Seção 2 – Apresentação das teorias que sustentam as hipóteses do trabalho. Nessa seção, abordarei inicialmente as teorias econômicas que servirão de base de sustentação para o entendimento do cenário econômico em que a escolha contábil do quase-experimento foi desenvolvida, em seguida apresentarei as teorias psicológicas que servirão de base de sustentação para o entendimento do processo cognitivo dos participantes para a escolha contábil a ser efetuada. Apresentarei, também nessa seção, as hipóteses do trabalho.

Seção 3 – Apresentação da estratégia de pesquisa a ser utilizada. Nessa seção, justificarei a utilização do quase-experimento como estratégia de pesquisa. Também discorrerei sobre a estratégia do quase-experimento em si, sobre as variáveis e estratégias utilizadas para os seus devidos controles, sobre o processo de escolha dos participantes do quase-experimento e sobre a execução do quase-experimento, bem como os procedimentos de pré-teste executados.

Seção 4 – Apresentação dos resultados e das análises. Nessa seção, apresentarei os dados qualitativos dos participantes, os testes de verificação executados para a obtenção da segurança de que os participantes entenderam a situação experimental submetida a eles para assegurar de que a participação deles foi livre de viés. Também apresentarei os resultados obtidos pelos testes estatísticos executados.

Seção 5 – Apresentação da conclusão e sugestões para futuras pesquisas, bem como a apresentação das limitações a serem consideradas para este trabalho.

2 REVISÃO DE LITERATURA E DESENVOLVIMENTO DE HIPÓTESES

2.1 Abordagem econômica

2.1.1 Teoria da firma

Conforme Alchian e Demsetz (1972), uma firma pode ser definida como um aglomerado legal de contratos bilaterais entre ela mesma e seus fornecedores, clientes, funcionários, etc., ou seja, a firma é um agente contratual central em processo produtivo de equipe. Essa é uma abordagem contratual para a teoria organizacional e enfatiza a natureza voluntária do envolvimento dos indivíduos nas organizações que colaborarão com a firma com o intuito de servir seus próprios interesses. O conflito de interesses que pode haver entre agente e principal dá origem a teoria da agência. O problema geral de motivar uma pessoa ou organização de acordo com o interesse de outra parte é conhecido como problema de agência.

Nesse ambiente de incertezas gerado pelo conflito de interesse, surgem os conceitos de risco moral (Holmstrom, 1979), de seleção adversa (Akerlof, 1970) e de racionalidade limitada (Milgrom & Roberts, 1992). Esses conceitos estão intrínsecos às corporações modernas e geram custos de monitoramento por parte do principal, na medida em que este

busca a maximização do valor da firma e aqueles (agentes) buscam a maximização de sua utilidade própria.

Esse ambiente contratual da firma possibilita o surgimento de assimetria de informações, gerenciamento de resultados e oportunismos. Há critérios no *framework* contábil atual que permitem ao agente ter a opção de escolhas contábeis com perspectivas oportunistas (Paulo, 2007). As escolhas contábeis são definidas por Fields, Lys e Vincent (2001, p.2) da seguinte maneira:

Uma escolha contábil é qualquer decisão cujo propósito primário é influenciar (via forma ou substância) os resultados da contabilidade de maneira particular, não restritas a apenas às demonstrações financeiras publicadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, mas também às declarações fiscais e os registros regulatórios.¹

Esses mesmos autores definiram três categorias de imperfeições de mercado que levam às escolhas contábeis:

- Custos de agência: relacionados aos contratos internos e externos, como remuneração dos gestores e contratos de empréstimos. Indicam que os gestores exploram seu poder de discricionariedade sobre a contabilidade, para maximizar seu bem estar e utilidade;
- Assimetria de informação: escolhas contábeis afetam o valor da firma, o custo do capital e a precificação dos ativos. Fazem uma relação entre a evidenciação e o custo do capital, em que firmas com maior evidenciação possuem um custo de capital menor;
- Externalidades que afetam as partes não contratadas: relacionadas fortemente aos tributos e reguladores, nos quais os gestores escolhem os métodos contábeis para evitar intervenções regulatórias.

Vale destacar que a maioria das pesquisas em escolhas contábeis não incluem outros tomadores de decisão que não os executivos internos à empresa. Isso conduz os esforços e

¹ “An accounting choice is any decision whose primary purpose is to influence (either in form or substance) the output of the accounting system in a particular way, including not only financial statements published in accordance with GAAP, but also tax returns and regulatory filings.”

pensamentos para a linha de que somente essa categoria é tomadora de decisão (Francis, 2001). Dessa maneira, a maioria das pesquisas desconsideram a relevância e a influência de tomadas de decisões externas às empresas que podem interferir nas decisões internas à empresa.

A perspectiva de controle dos contratos e das escolhas de uma firma deve incluir regras, incentivos, fiscalização e monitoramento, para que todos os participantes de uma organização cumpram o papel que os outros esperam deles. Surge, nesse contexto, o papel da auditoria externa de “obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, como um todo, estão livres de distorção relevante, devido à fraude ou erro, possibilitando assim que o auditor expresse uma opinião sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável” (NBC TA 200).

Levando-se em consideração os problemas de agência advindos da teoria da firma e que há critérios no *framework* contábil atual que permitem ao agente ter a opção de escolhas contábeis com perspectivas oportunistas, uma auditoria mais “agressiva” com o intuito de coletar evidências mais probatórias teria efeito dissuasivo sobre escolhas contábeis, feitas por gestores, potencialmente em desacordo com a curva de maximização de utilidade do principal (acionista) (Chen, Kelly & Salterio, 2012).

Em seguida, explorarei as teorias psicológicas que dão sustentação para o desenvolvimento das hipóteses de pesquisa.

2.2 Abordagem psicológica e desenvolvimento de hipóteses

Anteriormente à hipótese de eficiência de mercado (Fama, 1970) e aos estudos de Ball e Brown (1968), as pesquisas em contabilidade baseavam-se na abordagem normativa e modelos de aplicação da prática contábil. A abordagem normativa, apoiada mais no dedutivismo, procurava, de forma prescritiva, demonstrar como a contabilidade “deveria ser”, à luz de seus objetivos e postulados, que são dados como indiscutíveis.

Com o desenvolvimento da hipótese de eficiência de mercado, por Fama (1970), passou-se então a verificar a relação das informações contábeis diretamente com os preços de suas ações no mercado. Isso deu à contabilidade financeira certo valor preditivo, o que

permitiu que a contabilidade passasse a gerar estudos também positivistas. A partir de então, a pesquisa em contabilidade passou a explicar e prever, além de prescrever o que deveria ser feito em determinadas circunstâncias.

A abordagem positiva passou a permitir que as pesquisas em contabilidade passassem a tratar uma grande massa de dados para gerar resultados indutivos. Além disso, passou a permitir a formulação de modelos preditivos de comportamento de custos, receitas, etc.. Os resultados das pesquisas positivas também passaram a auxiliar em decisões de otimização de resultados e na formulação de orçamentos com distribuições probabilísticas.

Em suma, a abordagem positiva serviu como uma alavanca no desenvolvimento dos estudos em contabilidade, uma vez que passou a investigar, por meio de testes empíricos, a utilidade da informação contábil em função de seu conteúdo e de sua tempestividade. Essa abordagem permite a relação entre as informações contábeis e o mercado de capitais. Tudo isso testado e comprovado empiricamente.

Todavia, é perigoso afirmar, na ausência de testes empíricos, que a falta de significado estatístico implica em falta de utilidade. Além disso, há uma distância entre a verificação empírica de uma ideia e a especulação em torno de sua verdade (Iudícibus, 2010). Os testes positivistas são realizados com base em premissas que podem ser questionadas se vemos a contabilidade sob a ótica comportamental ou social, por exemplo. A abordagem positivista pode ser vista como uma tentativa de inscrever a contabilidade no *rol* das ciências naturais, entretanto a pesquisa positiva só se torna efetiva pela desumanização da pesquisa e de seus resultados.

Pesquisas psicológicas e sociológicas podem e devem ser mais aproveitadas como guia para as pesquisas em contabilidade, especialmente sobre escolhas contábeis que envolvem processos cognitivos e comportamentais, que normalmente não são levados em consideração na abordagem positiva cada vez mais recorrente nos periódicos de pesquisas em contabilidade (Beresford, 1994; Maines, 1994). Há que se destacar ainda, que não se pode acreditar que a definição extremamente técnica e racional das abordagens positiva e normativa explica todo o fenômeno contábil dentro das organizações, as duas abordagens devem ser complementares e complementadas por meio de outras abordagens, como, por exemplo, a social e a psicológica.

Duras críticas surgiram às primeiras pesquisas experimentais em contabilidade depois da década de 70, quando Fama (1970) propôs que somente uma pequena parcela dos investidores seria capaz de associar apropriadamente a informação contábil e que esses investidores competiriam entre eles para ajustar o preço de mercado às suas expectativas. Como resultado, o mercado se tornaria um “jogo justo” no qual, mesmo a parcela incapaz de associar apropriadamente a informação contábil estaria protegida pela eficiência de mercado. Esse tipo de pensamento levou outros pesquisadores a argumentar que pesquisas experimentais focadas no comportamento de indivíduos teriam uma importância limitada para a contabilidade, uma vez que o comportamento individual seria normalizado pela “mão invisível” do mercado eficiente (Libby, Bloomfield & Nelson, 2002).

Entretanto, há evidências significativas da ineficiência dos mercados nos trabalhos do próprio Fama (1998)² que renovaram o interesse dos pesquisadores em saber como os indivíduos fazem escolhas e como essas escolhas afetam os mercados. Teorias que combinam psicologia com economia têm permitido aos pesquisadores uma especificação mais clara dos mecanismos que afetam as escolhas contábeis dos indivíduos e o comportamento do mercado.

Como resultado dessa análise, pesquisadores podem argumentar mais facilmente que o comportamento individual pode ser um importante elemento para determinar o comportamento de mercado, mesmo na presença de forças competitivas. Ainda nesse sentido, essas literaturas psicológicas dão mais capacidade para predizer sob quais circunstâncias o comportamento será mais ou menos propenso a se diferenciar da teoria econômica padrão (Libby, Bloomfield & Nelson, 2002).

Libby e Luft (1993) recomendam que as pesquisas experimentais em contabilidade considerem a interação entre os indivíduos e as características de seu ambiente, isso permite ao pesquisador dar foco em como e quando os resultados do quase-experimento podem ser generalizados para determinadas situações e, também, permite indicar como as alterações no ambiente influenciam na escolha contábil a ser feita.

Dessa maneira, explorei as próximas três teorias na tentativa de elucidar essa interação e aproximar a pesquisa para o enfoque psicológico aclamado pela comunidade científica contábil.

² Para revisões mais completas sobre o assunto, vide Kothari (2001) e Thaler (1999).

2.2.1 A teoria de dissuasão

Meu objetivo é verificar se há efeitos dissuasivos da auditoria externa sobre as escolhas dos gestores que possam estar em desacordo com as normas internas de sua firma. O processo de auditoria, por si só, é um mecanismo de dissuasão – os gestores sabem que uma escolha contábil em desacordo com as normas internas da firma tem uma grande chance de serem descobertas se forem auditadas (Chen, Kelly & Salterio, 2012).

A teoria de dissuasão denota o processo de percepção pelo qual o indivíduo, que está pensando em transgredir alguma regra, pondera os custos e os benefícios dessa transgressão (Jacobs, 2010). Segundo Becker (1968), há três fatores que afetam a percepção desses indivíduos: certeza, a gravidade e a rapidez da punição. Nesse sentido, pesquisas preeminentes sobre dissuasão revelam que a percepção da certeza da punição é o fator que mais afeta no processo cognitivo do indivíduo (Pogarsky, 2002).

Quando os gestores percebem um aumento na certeza de que escolhas que estejam em desacordo com as políticas da firma podem ser descobertas e que punições severas poderão resultar dessas atitudes, o custo de efetuar a escolha aumenta e conseqüentemente o benefício esperado dessa escolha diminui (Scheider, 2001). Isso vai ao encontro à teoria da firma, descrita na seção 2.1.1, que diz que os agentes procuram a maximização de sua utilidade e que, portanto, necessitam ser monitorados.

Este trabalho utilizará o construto de sinalização de mudanças nos procedimentos de auditoria na tentativa de representação do aumento na certeza da punição. Dessa maneira, os gestores poderiam ser dissuadidos de uma escolha em desacordo com as políticas da firma, caso eles percebessem um aumento na probabilidade de punição.

2.2.2 A teoria da ilusão interpessoal

Primeiramente, sabe-se, por meio de pesquisas de comportamentos organizacionais, que gestores tentam associar as mudanças que ocorrem em seu ambiente a possíveis oportunidades de interesse próprio (Weik, Sutcliffe & Obstfeld, 2005). Essa afirmação é consistente com pesquisas experimentais em auditoria que argumentam que auditores e

gestores comportam-se estrategicamente antecipando o comportamento um do outro (ex., Zimbelman & Waller, 1999).

A teoria da ilusão interpessoal pode fornecer alguns *insights* a respeito da suposição feita acima – de que os gestores poderiam ser dissuadidos de uma escolha em desacordo com as políticas da firma, caso eles percebessem um aumento na probabilidade de punição. Pesquisas sobre essa teoria explicam como os gestores podem interpretar mudanças no comportamento dos auditores no processo de tomada de decisão. As pesquisas mostram ainda, que todas as pessoas (tanto as que não estão mentindo, como as que estão) percebem o aumento na desconfiança dos outros sobre elas, quando elas percebem as mudanças no comportamento dos outros. (Burgoon et al., 1995; Burgoon et al., 1996).

Portanto, as mudanças nos procedimentos de auditoria que incrementam seu valor probatório resultam na percepção dos gestores de que a suspeita do auditor aumenta quando os gestores estão fazendo uma escolha em desacordo com as políticas da firma (Chen, Kelly & Salterio, 2012).

2.2.2.1 Hipóteses derivadas das teorias de dissuasão e da ilusão interpessoal

Para ser consistente com as teorias acima, determinei quais mudanças nos procedimentos de auditoria poderiam sugerir para um gestor que a suspeita do auditor sobre ele aumentou.

Pesquisas experimentais em auditoria indicam que os auditores podem fazer várias mudanças no seu programa de auditoria, como mudanças na tempestividade, na extensão e na natureza dos testes, quando eles percebem mudanças no risco de distorção material na informação contábil e o nível de sua suspeita aumenta. (Bedard, Mock & Wrigth, 1999). Inclusive há normas de auditoria, como a NBC TA 240 e a NBC TA 330 alteradas em 2011, que explicitam que os auditores devem desenhar respostas apropriadas para os riscos avaliados.

Este trabalho teve foco apenas na sinalização de mudança na natureza dos procedimentos de auditoria. Não foi examinada a mudança na tempestividade dos testes, devido à dificuldade de operacionalizá-la no contexto de um quase-experimento, bem como

não foi examinada a mudança na extensão dos testes de auditoria, visto que Chen, Kelly e Salterio (2012) encontraram que não houve redução significativa nas escolhas potencialmente fraudulentas, quando os gestores foram expostos ao aumento na extensão dos procedimentos de auditoria. Além disso, não foram examinadas outras mudanças mais sutis que a natureza e a extensão dos testes, como a mudança da equipe de auditoria alocada no cliente, nem a extensão e profundidade pela qual essa equipe de auditoria é supervisionada. Pesquisas futuras podem explorar os efeitos dessas outras mudanças nos procedimentos de auditoria e sobre as escolhas contábeis dos gestores.

Teoricamente, como nota-se na descrição das teorias acima, gestores que estão pensando em fazer escolhas que não estejam alinhadas às políticas da firma deduziriam que a suspeita dos auditores sobre eles aumentou, quando percebessem a sinalização de mudança nos procedimentos de auditoria, especialmente se essa sinalização aumentasse a probabilidade de que a escolha em desacordo com as políticas da firma fosse notada.

Para capturar o efeito dissuasivo e de antecipação dos gestores, operacionalizei o quase-experimento de modo que o foco foi dado na percepção do gestor para as mudanças nos procedimentos de auditoria que ocorreram em outras filiais da empresa. Enquanto o procedimento de auditoria efetivo executado na sua própria divisão foi irrelevante e não consta no quase-experimento, pois o importante foi capturar o efeito de antecipação do agente em função da manutenção ou alteração dos procedimentos de auditoria sobre as suas escolhas contábeis.

Mesmo que seja pouco provável que a detecção da escolha em desacordo com as normas vigentes e com a política da firma ocorra na divisão do gestor, os gestores podem perceber um aumento na probabilidade de detecção dessa escolha e mudar seu comportamento na tentativa de antecipar-se ao comportamento do auditor (Decker, 2003; Scheider, 2001). Por isso, aplicando as teorias da dissuasão e da ilusão interpessoal, tem-se as seguintes hipóteses:

H₁: A sinalização de mudanças nos procedimentos de auditoria afeta a escolha contábil do gestor.

Pesquisas no campo da psicologia indicam que eventos aversivos (por exemplo, mudanças nos procedimentos de auditoria que podem ter consequências negativas para o

gestor) que são mais imprevisíveis são mais estressantes e criam níveis mais constantes de ansiedade (Baker & Stephenson, 2000). Esse estresse ocorre porque, ao contrário das mudanças previsíveis, as mudanças imprevisíveis não permitem que o gestor tenha tempo de preparar respostas ou atitudes que possam esconder sua escolha potencialmente em desacordo com as políticas da firma. Por isso, é possível que a previsibilidade dos procedimentos de auditoria forneça outro efeito na certeza de punição percebida sob a dissuasão.

No contexto desse estudo, um gestor propenso a fazer uma escolha em desacordo com as políticas da firma, que fosse submetido a níveis mais elevados de estresse com um auditor mais imprevisível, teria menos chance de efetuar a escolha sem ser descoberto. Uma auditoria previsível é psicologicamente menos estressante para o gestor, que poderia planejar suas escolhas de modo que os procedimentos de auditoria já conhecidos não detectaria o potencial de viés da escolha, ou seja, a previsibilidade dos procedimentos de auditoria pode ajudar o gestor a preparar respostas para que as consequências de suas escolhas não sejam detectadas.

A própria norma de auditoria NBC TA 240 cita que os gestores, que estão familiarizados com os procedimentos de auditoria normalmente executados, podem estar mais aptos a esconder atitudes indesejadas pelos acionistas.

Por isso, as normas de auditoria recomendam que o auditor introduza elementos de imprevisibilidade em seus procedimentos de auditoria quando se trata de riscos de fraude (por exemplo, NBC TA 240). Assim, se o auditor altera a natureza da evidência coletada, os gestores podem perceber um aumento na imprevisibilidade dos procedimentos de auditoria (contra um aumento somente na extensão da evidência obtida com os mesmos testes) que faz com que sua escolha potencialmente fraudulenta seja mais difícil de ser escondida, desencorajando o gestor de fazer essa escolha. (McKee, 2006).

2.2.3 A teoria da atribuição

Estudos mostram que, para comportamentos com implicações morais, a previsão de pessoas a respeito do que os outros poderiam fazer é mais correlacionada com o comportamento real do que a previsão das pessoas sobre o que elas mesmas fariam. (Epley & Dunning, 2000). As pessoas tendem a ser mais otimistamente viesadas quando fazem escolhas

sobre elas mesmas do que sobre outras pessoas e tendem a reconhecer mais imoralidade nas escolhas de outras pessoas do que nas suas (Peetz & Kammrath, 2013). Geralmente as pessoas não querem ficar com uma má imagem delas mesmas e então podem subestimar suas intuições e superestimar as opiniões tidas como moralmente aceitáveis. (Grolleau, Ibanez & Mzoughi, 2012).

A literatura sobre viés social indica que perguntas indiretas pedindo às pessoas para prever o comportamento dos outros possuem menos viés social do que perguntas feitas diretamente ao indivíduo para prever seu próprio comportamento (Fischer, 1993).

Nesse sentido, para uma parcela dos participantes, adotei a estratégia de deslocar o participante da figura do tomador da escolha contábil para uma figura terceira, não sujeita às consequências da escolha contábil. A esses participantes foi perguntado qual escolha contábil eles achariam que o gestor faria, em cenários distintos de procedimentos de auditoria, explicados adiante na seção 3.3.

Dessa maneira, verifiquei a seguinte hipótese:

H₂: O gestor que efetua a escolha contábil em nome de outra pessoa tende a reconhecer mais imoralidade.

3 ESTRATÉGIA DE PESQUISA

3.1 Pesquisas experimentais

A pesquisa em contabilidade é um campo muito vasto que examina o fluxo de informações contábeis entre gestores, auditores e demais usuários da informação, bem como examina os efeitos dos regimes regulatórios nesse processo. Algumas pesquisas na área focam no processo de escolhas contábeis de gestores e auditores e na relação dessas com as previsões de analistas de mercado, com as decisões de negociação do investidor e o preço de mercado. Esse foco em julgamento e escolhas contábeis levou a um grande número de pesquisas experimentais em contabilidade nos anos 60 e 70 (Libby, Bloomfield & Nelson, 2002).

Conforme discutido brevemente na seção 2.2, duras críticas surgiram à pesquisa experimental a partir da década de 70. Ashton e Ashton (1995) citam que os principais motivos para essas críticas eram: (i) a irrelevância do comportamento individual em condições de mercado, no qual forças competitivas eliminariam erros individuais; (ii) a inapropriada relação dos métodos de pesquisa com as questões de pesquisas; (iii) a falta de teorias psicológicas e econômicas que pudessem prever os efeitos e os mecanismos cognitivos específicos das escolhas contábeis; (iv) as falhas na captura de aspectos relevantes desse processo cognitivo, em particular, os atributos dos tomadores da escolha contábil e as características institucionais e ambientais às quais esse tomador está sujeito.

Entretanto, há evidências significativas da ineficiência dos mercados nos trabalhos do próprio Fama (1998)³ que renovaram o interesse dos pesquisadores em saber como os indivíduos fazem escolhas e como essas escolhas afetam os mercados. Teorias que combinam psicologia com economia têm permitido aos pesquisadores uma especificação mais clara dos mecanismos que afetam as escolhas contábeis dos indivíduos e o comportamento do mercado.

Experimentos são boas ferramentas para o controle de variáveis de controle que poderiam influenciar na relação das variáveis independentes com as dependentes, pois eles constroem seu próprio ambiente de pesquisa. Em um ambiente de pesquisa construído, pode-se manipular variáveis independentes e controlar as influências de variáveis de controle, isso permite aos pesquisadores dar foco em como e quando os resultados do experimento podem ser generalizados para determinadas situações e, também, permite indicar como as alterações no ambiente influenciam na escolha contábil a ser feita. Além disso, os experimentos podem examinar as escolhas contábeis dos gestores e dos auditores separadamente e podem ainda examinar a interação auditor-cliente (Libby, Bloomfield & Nelson, 2002).

Dessa maneira, adotei a estratégia de utilizar o quase-experimento na medida em que posso controlar os efeitos das variáveis independentes sobre as variáveis dependentes sem o viés de eventuais variáveis de controle, que poderiam prejudicar a validade interna de nosso trabalho.

3.2 Objetivo do quase-experimento

³ Para revisões mais completas sobre o assunto, vide Kothari (2001) e Thaler (1999).

O objetivo do quase-experimento foi o de verificar se a sinalização de mudança na natureza dos procedimentos de auditoria interfere na escolha contábil dos gestores. Para isso, foram manipuladas e controladas variáveis de sinalização de mudanças nos procedimentos de auditoria e mudanças nas escolhas contábeis dos gestores em quase-experimento – vide mais detalhes sobre as variáveis nas seções 3.2.1 e 3.2.1, respectivamente.

Normalmente, em pesquisas sociais, a especificação dos conceitos utilizados pode ser imprecisa. Por isso, utilizei o modelo de validação preditiva (Libby, 1981; Runkel & McGrath, 1972). Esse modelo proporciona uma descrição dos processos pelos quais as pesquisas sociais são especificadas, operacionalizadas e testadas (Bisbe, Foguet & Chenhall, 2007).

A Figura 1 abaixo ilustra o modelo de validação preditiva, que se aplica para a definição das hipóteses descritas na seção 2 desse trabalho:

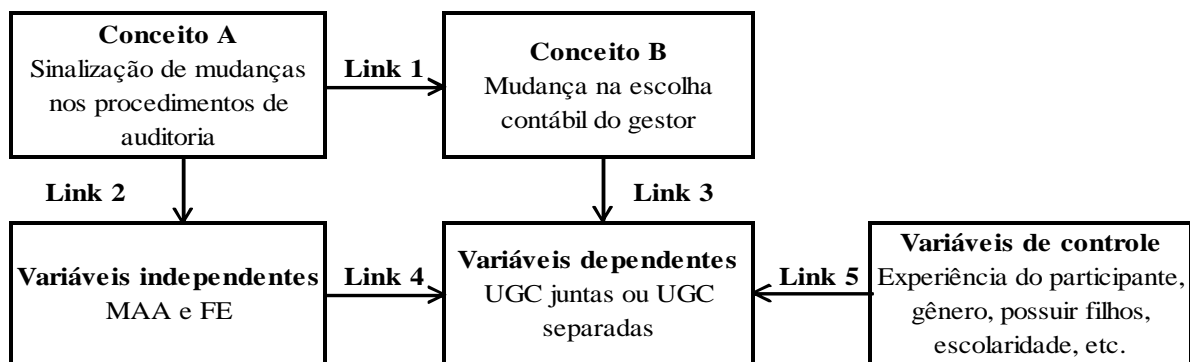


Figura 1 - Modelo de Validação Preditiva.

A figura acima possui dois níveis: o nível conceitual e o nível operacional. No nível conceitual (parte de cima da Figura 1) são identificados os construtos e especificados seus significados (caixas de conceito A e conceito B). No caso deste quase-experimento, os construtos se relacionam (link 1) por meio das teorias da firma, de dissuasão, da ilusão interpessoal e da atribuição (descritas na seção 2). Essas teorias foram utilizadas de modo a dar força à validade externa ao trabalho, na medida em que buscam verificar a relação entre os conceitos e capturar os aspectos importantes do ambiente da prática contábil na relação auditor-auditado.

Os links 2 e 3 da Figura 1 representam o movimento da pesquisa do nível conceitual para o nível operacional, por meio do processo de transformação dos construtos em variáveis

que servirão de ferramenta de medida de variabilidade associada aos construtos. Libby, Bloomfield e Nelson (2002) destacam três dificuldades na operacionalização das variáveis: (i) escolher o realismo apropriado para o incentivo a ser apresentado aos participantes do quase-experimento; (ii) escolher os níveis apropriados das variáveis independentes; e (iii) usar variáveis independentes mensuráveis. Na seção 3.3 explorarei a estratégia da pesquisa para o devido tratamento dessas três dificuldades de operacionalização.

Sabe-se que a validade interna de um trabalho está intimamente ligada com o grau com que a variação na variável dependente pode ser atribuída à variação das variáveis independentes. O link 4 da Figura 1 avalia essa relação. Os testes estatísticos realizados para verificar a relação das variáveis são típicos: teste *t*, teste de qui-quadrado e ANOVA (Libby, Bloomfield & Nelson, 2002). Já o link 5 representa outras variáveis potencialmente influenciadoras, ou variáveis de controle, que poderiam afetar a variável dependente.

O quase-experimento foi aplicado a alunos de cursos de MBA, mestrado e doutorado relacionados à contabilidade e controladoria, bem como a auditores. Os participantes foram submetidos a duas principais situações: uma com mudança na natureza dos procedimentos de auditoria e outra sem. Após a leitura do caso, os participantes responderam – parte em nome próprio e parte em nome do gestor – qual escolha contábil eles fariam dada a sinalização ou não de mudanças de procedimentos de auditoria. Mais detalhes do planejamento e execução do quase-experimento podem ser vistos na seção 3.3.

A seguir apresento as variáveis e os tratamentos dados a elas.

3.2.1 Variáveis independentes

As mudanças nos procedimentos de auditoria foram operacionalizadas de modo a obter duas variáveis: o procedimento de auditoria “mesmo que o ano anterior (MAA)” e o procedimento de auditoria “coleta de evidências externas (FE)”. Abaixo, descrevo como essas variáveis foram operacionalizadas neste quase-experimento.

(a) Mesmo que ano anterior (MAA)

Os participantes foram informados que a auditoria nas outras empresas do grupo está “indo do mesmo jeito que no ano anterior”, sem mudanças no comportamento dos auditores comparados ao ano anterior (“a auditoria está solicitando o mesmo tipo de evidência para teste”, “estão fazendo o mesmo tipo de questão” e “a auditoria está indo muito semelhante ao ano anterior”). Nesse caso, a evidência de auditoria a ser documentada seria feita, exclusivamente, com base em um laudo interno de avaliação dos bens de produção de cada negócio, assim como nos anos anteriores. Esse laudo interno aponta que as entradas de caixa do N2 (Oriente Médio) não são independentes e que a administração toma decisões sobre a continuidade ou baixa dos ativos do segmento de negócio. Isso implica que o gestor usa esse laudo para suportar sua decisão de escolha contábil, ao considerar que o arranjo das UGCs será feito de maneira que haja somente uma UGC, ou seja, considera que o N1 e o N2 não possuem fluxos de caixa independentes uns dos outros.

(b) Mudança na natureza das evidências (FE)

Na condição (FE), os participantes tomaram conhecimento de que a auditoria nas outras filiais “mudou completamente a natureza dos testes que o gestor poderia prever”, “pela primeira vez os auditores contataram terceiros para obterem confirmações”, “os auditores estão insistindo na confirmação de terceiros” e “a auditoria está menos previsível que no ano anterior”. Nesse caso a evidência de auditoria a ser documentada seria com base em um laudo externo de avaliação dos bens de produção de cada negócio (FE). Essas evidências obtidas de terceiros indicariam que existem duas unidades distintas geradoras de caixa. Argumentos como a existência de mercados ativos para os dois tipos de negócio seriam expostos nos laudos externos. Então, a natureza das evidências coletadas nas outras empresas mudaria em comparação com o ano anterior e a representação disso foi a mudança na coleta de evidências internas para evidências obtidas com terceiros.

3.2.2 Variáveis dependentes

O conceito de mudança na escolha contábil do gestor foi operacionalizado de modo a obter, também, duas variáveis: a escolha contábil de unidades geradoras de caixa separadas

(Escolha 1) e a escolha contábil de unidades geradoras de caixa juntas (Escolha 2). Veja mais detalhes na seção 3.3.

3.2.3 Variáveis de controle

As variáveis de controle identificáveis estão relacionadas às características particulares dos participantes como: idade, sexo, quantidade de filhos, curso de graduação, tempo atuando como gestor, e se o participante era ou não auditor.

Nesse sentido, uma das vantagens de utilizar o quase-experimento como método de pesquisa é que os efeitos dessas variáveis de controle podem ser controlados deixando-as constante (que não é o caso desse trabalho) ou por meio de aleatoriedade. Libby, Bloomfield e Nelson (2002) citam que a técnica mais importante para se controlar as variáveis de controle é atribuir as situações (que serão descritas na seção 3.3) randomicamente entre os participantes. A atribuição randômica, combinada com a manipulação da variável independente, permite aos pesquisadores ter a certeza de que seus resultados não estão viesados por fatores exógenos. Generalizando, a atribuição randômica das situações do quase-experimento permite aos pesquisadores evitar o efeito de variáveis omissas que podem limitar as inferências causais entre os conceitos.

A seguir apresento a estratégia do quase-experimento e quais os cuidados tomados para o controle das variáveis independentes, dependentes e de controle, de modo a fortalecer a validade interna do trabalho.

3.3 Estratégia do quase-experimento

O quase-experimento teve como variável independente dois tipos distintos de procedimentos de auditoria (MAA ou FE) e como variáveis dependentes as escolhas contábeis que o participante do quase-experimento entende que o gestor ou ele mesmo faria (Escolha 1 ou Escolha 2).

As escolhas contábeis referiram-se ao arranjo de unidades geradoras de caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. Os possíveis arranjos das UGCs implicam em incentivos distintos para o gestor efetuar sua escolha contábil.

O grupo de empresas fictícias onde se passou o quase-experimento possuía a seguinte estrutura organizacional: 1 holding, 3 empresas (E1, E2 e E3) e cada empresa possuía dois negócios (outras 2 empresas): o negócio 1 (N1) que produzia derivados do petróleo, localizado no Brasil, e o negócio 2 (N2) que era produtor e fornecedor de petróleo bruto, localizados no Oriente Médio. A Figura 2 demonstra o organograma ilustrativo do grupo:

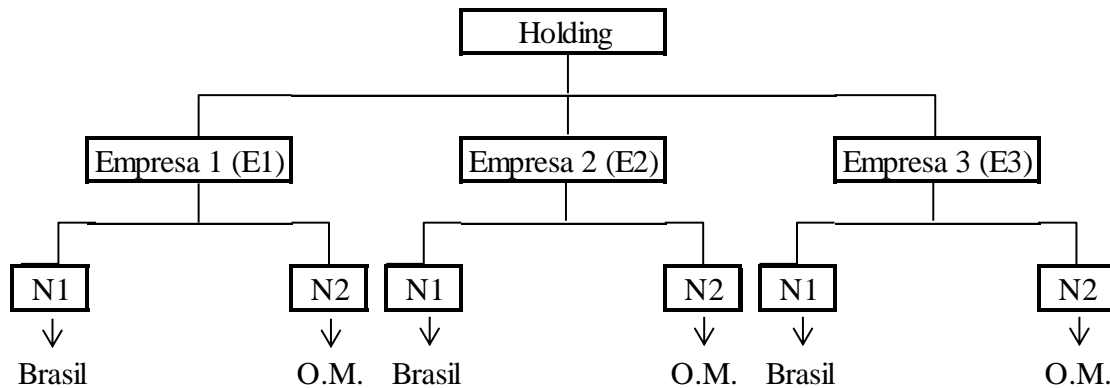


Figura 2 - Organograma fictício do grupo de empresas onde ocorreu o quase-experimento

Para capturar o efeito da sinalização de mudanças nos procedimentos de auditoria sobre escolhas contábeis, dois cenários foram criados. Em ambos os cenários, a descrição dos testes de auditoria que estão sendo realizados em duas empresas do grupo (E1 e E2) ficou sendo conhecida pelo gestor da terceira empresa (E3), antes da auditoria efetiva dessa terceira unidade. Ou seja, o gestor ficou sabendo dos procedimentos de auditoria e teve como antecipar eventuais efeitos desses procedimentos sobre as escolhas contábeis do gestor da E3.

O primeiro cenário ocorreu quando os testes de auditoria que foram aplicados nas duas empresas (E1 e E2) foram os mesmos do ano anterior (MAA). No segundo cenário, o procedimento de auditoria, aplicado nas duas empresas (E1 e E2), foi alterado quanto à sua natureza; a obtenção de evidências de auditoria passou de averiguação com base em documentos internos (MAA) para confirmações com base em fontes externas (FE).

Essas mudanças de procedimentos de auditoria ocorreram nas outras duas empresas do grupo e não na do gestor da E3. O procedimento de auditoria efetivo da terceira empresa (E3) foi irrelevante e não constou no quase-experimento, pois o importante foi capturar o efeito de antecipação do agente em função da manutenção ou alteração dos procedimentos de auditoria sobre as suas escolhas contábeis.

Sendo assim, demonstro na Tabela 1 abaixo, as duas situações em que o gestor da E3 poderia se deparar:

Tabela 1 - Possíveis situações que o gestor se depararia

Situação	E1	E2
S 1	MAA	MAA
S 2	FE	FE

Os procedimentos de auditoria em E1 e E2 poderiam indicar antecipação de procedimentos em E3. Porém o procedimento em E3 é independente de E1 e E2. O relevante em termos comportamentais, conforme descrito nas teorias na seção 2, é o efeito dissuasivo da sinalização de mudança nos procedimentos de auditoria e o conflito na antecipação da escolha contábil.

Ainda de acordo com as teorias descritas na seção 2, mais especificamente a teoria da atribuição, para uma parcela dos participantes, adotei a estratégia de deslocar o participante da figura do tomador da escolha contábil para uma figura terceira, não sujeita às consequências da escolha contábil. A esses participantes foi perguntado qual escolha contábil eles achariam que o gestor faria. Essa estratégia foi adotada, pois estudos mostram que, para comportamentos com implicações morais, a previsão de pessoas a respeito do que os outros poderiam fazer é mais correlacionada com o comportamento real do que a previsão das pessoas sobre o que elas mesmas fariam. (Epley & Dunning, 2000). As pessoas tendem a ser mais otimistamente viesadas quando fazem escolhas sobre elas mesmas do que sobre outras pessoas e tendem a reconhecer mais imoralidade nas escolhas de outras pessoas do que nas suas (Peetz & Kammrath, 2013). Geralmente os respondentes não querem ficar com uma má imagem deles mesmos e então podem subestimar suas intuições e superestimar as opiniões tidas como moralmente aceitáveis (Grolleau, Ibanez & Mzoughi, 2012). A literatura sobre viés social indica que perguntas indiretas, pedindo às pessoas para preverem o comportamento dos outros, possuem menos viés social do que perguntas feitas diretamente ao indivíduo para prever seu próprio comportamento (Fischer, 1993). Dessa forma, tornei o quase-experimento mais robusto, dando característica de maior confiabilidade aos resultados.

O participante opinou sobre qual escolha de arranjo de UGCs o gestor - ou ele mesmo - faria para o reconhecimento do *impairment* de sua empresa (E3).

No caso, foi determinado que a política do grupo é que todas as UGCs fossem devidamente identificadas, de acordo com as normas contábeis vigentes no Brasil, que ditam que a unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos. Isso reforça a necessidade de uma avaliação criteriosa para a identificação de cada UGC.

Como citado anteriormente, cada empresa possuía dois negócios (N1, N2). O primeiro: uma empresa que produz derivados do petróleo, sediada no Brasil, local para onde as vendas são escoadas. A matéria-prima, petróleo, é comprada pela N1 exclusivamente do segundo negócio (N2), sediada no Oriente Médio, que pertence à mesma empresa. Noventa por cento das vendas do primeiro negócio (N1) são destinadas a clientes externos à empresa, já as vendas do N2 são 100% destinadas para a produção final do N1.

Se os dois negócios fossem considerados separadamente pelo participante como duas unidades geradoras de caixa, então a redução dos ativos aos valores recuperáveis totalizaria o montante de R\$ 2.000.000. Isso provocaria um prejuízo na E3 igual a R\$ 1.200.000. Já se os dois negócios forem considerados como uma única UGC, então a redução dos ativos aos valores recuperáveis totalizaria o montante de R\$ 100.000 e o resultado na E3 seria um lucro de R\$ 700.000. O resultado maior ou igual a R\$ 700.000 garantiria ao gestor um bônus de oito salários, além da garantia de permanência na unidade do Brasil. O resultado abaixo de R\$ 700.000 não garantiria bônus ao gestor.

A Tabela 2, abaixo, ilustra os possíveis arranjos de UGCs, os possíveis lucros e os possíveis bônus:

Tabela 2 - Possíveis arranjos de UGCs e impactos no resultado e no bônus

Escolha	Valor do <i>impairment</i>	Resultado do período	Bônus
UGCs juntas	R\$ 100.000	R\$ 700.000	Oito salários
UGCs separadas	R\$ 2.000.000	-R\$ 1.200.000	Zero

Ainda no caso distribuído aos participantes, se os auditores externos buscassem evidências externas teriam mais subsídios para avaliarem, de maneira adequada, as premissas utilizadas para a junção de dois negócios em uma unidade geradora de caixa. Provavelmente,

verificariam que o arranjo da UGC aconteceu de maneira equivocada/propositada e isso seria um ponto de auditoria significativo e seria reportado ao conselho do grupo.

Então, se o participante considerasse os dois negócios como uma única UGC (Escolha 2) e a auditoria externa executasse o procedimento (FE), seria verificado que o gestor escolheu o arranjo de UGCs de maneira proposital, para ganhar o bônus e que essa escolha contábil não estaria de acordo com as políticas contábeis da firma. Por isso, o conselho de administração veria essa decisão como uma escolha que fere as políticas da empresa e transferiria o gestor para o negócio do Oriente Médio (N2), para buscar o reestabelecimento das condições de geração de caixa, previamente estabelecidas quando da aquisição desse negócio.

A Tabela 3, abaixo, ilustra as possíveis escolhas e possíveis consequências das escolhas feitas pelo gestor:

Tabela 3 - Possíveis escolhas e possíveis consequências

Possível procedimento de auditoria na E3	Escolha	Bônus	Transferência para O.M.	Utilidade
MAA	Escolha 2	Sim	Não	1º
MAA	Escolha 1	Não	Não	2º
FE	Escolha 1	Não	Não	2º
FE	Escolha 2	Não	Sim	3º

Legenda:

Escolha 1: UGCs separadas

Escolha 2: UGCs unificadas

Na Tabela 3, na coluna “Utilidade”, tem-se três conceitos de ‘utilidade’ diferentes, que o quase-experimento induz o participante a pensar: i) o conceito de utilidade econômica, atrelado a receber ou não o bônus, ii) o conceito de ‘utilidade’ geográfica, ao considerar ser ou não transferido para o Oriente Médio e iii) o conceito de ‘utilidade’ moral, ao considerar que a reputação do gestor pode ou não ficar maculada dentro do grupo. Utilizei os testes de verificação, descritos na seção 4.1, para a verificação do entendimento dos participantes acerca da sua percepção de utilidade.

O quase-experimento ocorreu no final do ano fiscal, durante uma auditoria interina, quando testes substantivos podem ser realizados nas outras divisões anteriormente à divisão do gestor participante. Este calendário permitiu aos participantes tomar uma decisão que,

poderia ou não, estar de acordo com as normas vigentes e com as políticas da firma no mesmo ano em que fica sabendo sobre as mudanças em procedimentos de auditoria nas outras divisões.

3.4 Participantes do quase-experimento

Foram submetidos ao quase-experimento, quatro turmas de MBA relacionados às áreas de contabilidade e finanças, profissionais auditores e alunos de mestrado e doutorado em contabilidade. A limitação dos participantes por área de atuação foi importante, devido ao fato de que eles deveriam conhecer o mínimo sobre os assuntos que foram expostos no caso – principalmente sobre o conceito de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) - para que suas respostas não fossem viesadas de modo a comprometer a validade interna do trabalho. Ainda assim, as respostas dos testes de verificação foram analisadas para obtenção da segurança de que os participantes entenderam a situação para a qual efetuaram a escolha contábil.

Os participantes receberam o caso e, primeiramente, tiveram acesso a algumas informações gerais sobre o estudo, incluindo todas as precauções para manter sua identidade preservada.

Os participantes foram randomicamente submetidos a uma das 4 situações do quase-experimento, conforme abaixo:

Tabela 4 - Possíveis situações aplicadas aos participantes

Situação	E1	E2	Escolha	Apêndice
S 1	MAA	MAA	Em nome do gestor	A
S 1.1	MAA	MAA	Em seu próprio nome	B
S 2	FE	FE	Em nome do gestor	C
S 2.1	FE	FE	Em seu próprio nome	D

Os participantes leram o caso a eles direcionado e fizeram suas escolhas. Posteriormente, responderam ao teste de manipulação, que foi utilizado para a realização e interpretação da estatística descritiva dos resultados e como balizador para eliminação de participantes que, por ventura, pudessem comprometer a validade interna do trabalho com respostas sem sentido.

O quase-experimento foi aplicado a 160 participantes, desses 28 foram excluídos por falharem nos testes de verificação (descritos na seção 4.1). Nas Tabelas 5 e 6 apresento os dados obtidos e subdivido em categorias que têm os resultados analisados e discutidos na seção 4.2.2.1:

Tabela 5 - Apresentação dos dados obtidos no quase-experimento.

Categorias	Situações				Total	Frequência
	1	1.1	2	2.1		
Auditores	6	5	3	6	20	15%
Não auditores	31	27	30	24	112	85%
Mulheres	17	10	13	13	53	40%
Homens	20	22	20	17	79	60%
Solteiros	26	18	20	19	83	63%
Casados	11	14	13	11	49	37%
Com filhos	7	9	9	9	34	26%
Sem filhos	30	23	24	21	98	74%
Superior completo	32	22	23	26	103	78%
Pós-graduação	5	10	10	4	29	22%
Contabilidade	28	17	16	20	81	61%
Não contabilidade	9	15	17	10	51	39%

Tabela 6 - Apresentação dos dados obtidos no quase-experimento por meio de intervalos.

Categorias	Situações				Total	Frequência
	1	1.1	2	2.1		
Idade						
De 20 a 25 anos	11	7	5	11	34	26%
De 26 a 30 anos	14	11	13	9	47	36%
De 31 a 35 anos	6	6	9	4	25	19%
De 36 a 40 anos	1	4	4	2	11	8%
Mais de 40 anos	5	4	2	4	15	11%
Experiência profissional						
De 1 a 5 anos	13	10	12	15	50	38%
De 6 a 10 anos	11	10	10	9	40	30%
De 11 a 15 anos	7	3	3	2	15	11%
De 16 a 20 anos	2	6	4	1	13	10%
Mais de 20 anos	4	3	4	3	14	11%
Tempo atuando como gestor						
Nunca atuou	18	10	14	16	58	44%
De 1 a 5 anos	12	16	12	9	49	37%
De 6 a 10 anos	4	2	3	3	12	9%
De 11 a 15 anos	2	2	3	2	9	7%
Mais de 15 anos	1	2	1		4	3%

3.5 Pré-teste

Realizei um pré-teste com 24 auditores júniores e 19 alunos de graduação em Ciências Contábeis, aplicando o mesmo caso descrito acima, com uma situação a mais: com sinalização de mudança nos procedimentos de auditoria em uma das outras duas empresas do grupo e mantendo o mesmo procedimento que o ano anterior na outra empresa, conforme demonstrado nas situações 3 e 3.1 na tabela abaixo:

Tabela 7 - Possíveis situações aplicadas aos participantes no pré-teste

Situação	E1	E2	Escolha
S 1	MAA	MAA	Em nome do gestor
S 1.1	MAA	MAA	Em seu próprio nome
S 2	FE	FE	Em nome do gestor
S 2.1	FE	FE	Em seu próprio nome
S 3	FE/MAA	MAA/FE	Em nome do gestor
S 3.1	FE/MAA	MAA/FE	Em seu próprio nome

Os resultados desse pré-teste levou-me a não incluir essas situações intermediárias (FE/MAA e MAA/FE) no teste final, uma vez que os participantes não entenderam que haveria um aumento da certeza de punição ao gestor, caso o procedimento de auditoria fosse modificado apenas em uma das duas outras empresas do grupo, sendo assim, se incluísse essa situação poderia haver viés no resultado final da pesquisa. Para as demais situações (que foram utilizadas para teste) ajustei apenas erros ortográficos identificados.

4 RESULTADOS E ANÁLISES

4.1 Testes de verificação

Foram executados testes de verificação, após a realização do quase-experimento, com o fim de obter a segurança de que os participantes entenderam a condição submetida a eles e que sua participação fosse livre de viés.

Em suma, os testes de verificação tiveram como objetivo:

- (i) perceber se o participante capturou a variação de valor no resultado em decorrência do *impairment* que o arranjo das UGCs poderia causar;
- (ii) perceber se o participante capturou a variação no bônus que cada situação o expôs; e
- (iii) perceber se o participante capturou a variação no risco de ser transferido para o Oriente Médio (probabilidade de punição).

4.1.1 Critérios para exclusão de participantes

Foram excluídos os participantes da situação 1 ou 1.1, cuja escolha foi a Escolha 1 (UGCs separadas) e que discordaram em ter feito a escolha pelo fato de não ter ocorrido a sinalização de mudanças nos procedimentos de auditoria, mas que quando perguntados se modificariam sua escolha (para Escolha 2 – UGCs juntas) se houvesse a sinalização de mudanças nos procedimentos de auditoria. Nesse sentido, entendo que os participantes não capturaram os objetivos (ii) e (iii) citados acima. Nesse critério foram eliminados 7 participantes.

Utilizando o mesmo critério acima, também foram excluídos os participantes da situação 2 ou 2.1, cuja escolha foi a Escolhas 2 (UGCs juntas) e que discordam em ter feito a escolha pelo fato de ter ocorrido a sinalização de mudança nos procedimentos de auditoria, mas quando perguntados se modificariam sua escolha (para Escolha 1 – UGCs separadas) se não houvesse a sinalização de mudanças nos procedimentos de auditoria. Por isso, também entendo que os participantes não capturaram os objetivos (ii) e (iii) acima. Nesse critério foi eliminado 1 participante.

Também foram excluídos os participantes que declararam não terem percebido o aumento na probabilidade na detecção de erro e na punição (questões 4 e 5) e que nunca participaram de um processo de auditoria (questão 7). Nesse sentido, entendo que os participantes não capturaram nenhum dos os objetivos citados acima. Nesse critério foram eliminados 13 participantes.

Também foram excluídos os participantes que não concordaram ou não concordaram e nem discordaram que o procedimento de auditoria nas outras duas empresas do grupo (seja

ele qual for) é determinante para a sua escolha (questão 1) e que concordam que mudariam de opinião caso a auditoria modificasse seus procedimentos em somente uma das outras duas unidades (questão 2) e, ainda, que não concordam ou não concordam e nem discordam que mudariam de opinião caso a auditoria modificasse seus procedimentos nas outras duas empresas do grupo (questão 3). Nesse caso, fica claro que os participantes não capturaram os objetivos (i) e (iii) acima. Nesse critério foram eliminados 2 participantes.

Também foram excluídos os participantes da situação 2 ou 2.1 cuja escolha foi UGCs juntas (Escolha 2) e que concordam em ter feito a escolha pelo fato de a auditoria ter modificado seus procedimentos nas outras duas empresas do grupo (questão 1) e que também concordam que mudariam de opinião (escolheriam UGCs separadas) caso a auditoria não modificasse seus procedimentos nas outras empresas do grupo (questão 3) e que nunca se envolveram em processos de auditoria (questão 7). Nesse caso, entendo que os participantes não capturaram o objetivo (iii) acima. Nesse critério foram eliminados 5 participantes.

Portanto, dos 160 participantes, excluí 28 que falharam nos testes de verificação⁴, resultando em 132 resultados válidos, os quais serão analisados em seguida.

4.2 Resultados

4.2.1 Apresentação e análise descritiva dos dados obtidos no quase-experimento

Apresentarei abaixo a análise dos dados obtidos no quase-experimento executado com o intuito de descrever a população analisada e, também, demonstrar que o quase-experimento foi aplicado de forma aleatória. Na seção 4.2.2.1, efetuei testes estatísticos para verificar se há impacto das variáveis de controle na associação entre a sinalização de mudanças no procedimento de auditoria e os seus efeitos sobre a escolha contábil dos gestores.

⁴ Executei o teste de qui-quadrado considerando todos os participantes e obtive um P-value de 0,000, ou seja, a exclusão dos participantes não alterou o resultado do teste de qui-quadrado que é apresentado na seção 4.2.2. Mesmo assim, optei por excluir esses participantes com a finalidade de dar maior validade interna ao trabalho.

Tabela 8 - Faixa etária dos participantes.

Idade	Quantidade	Frequência
21 - 25 anos	33	25%
26 - 30 anos	47	36%
31 - 35 anos	25	19%
36 - 40 anos	12	8%
41 - 45 anos	7	5%
46 - 50 anos	5	4%
51 - 55 anos	2	2%
55 - 60 anos	1	1%

A média de idade dos participantes foi de 30,60 anos, a mediana encontrada foi de 29 anos e a moda foi de 24 anos. O desvio padrão foi de 7,49 anos, posto que o quase-experimento foi aplicado a faixas etárias com larga amplitude. Pesquisa divulgada em 2011 pelo IBGE mostra que 43,53% da população economicamente ativa estão na faixa etária de 25 a 49 anos.

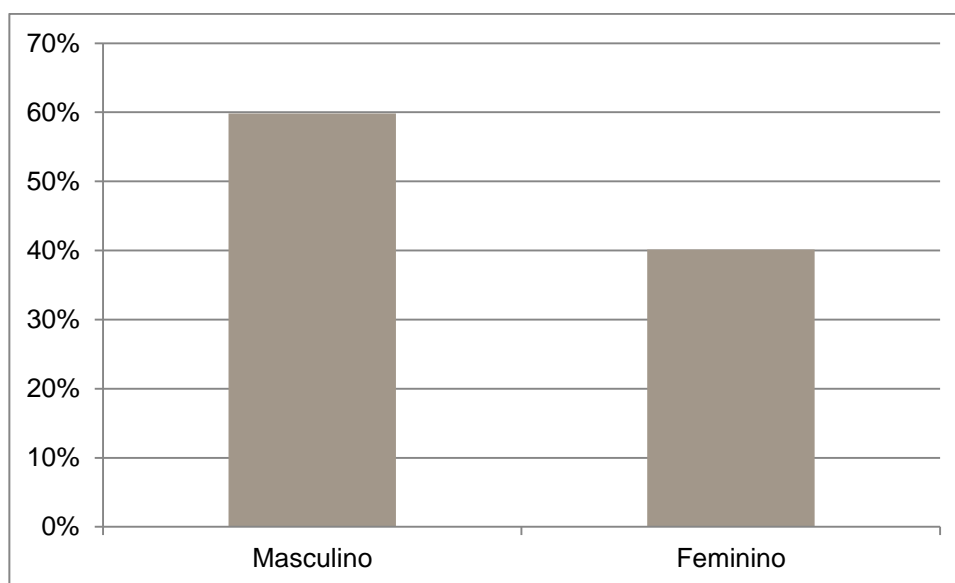


Figura 3 - Gráfico demonstrando a proporção entre os participantes homens e mulheres.

Pelo gráfico acima, nota-se que os participantes do quase-experimento são 60% do sexo masculino e 40% do sexo feminino. Segundo pesquisa do IBGE, em 2011, a população economicamente ativa do Brasil era representada, aproximadamente, por 54% e 46% de homens e mulheres, respectivamente.

Tabela 9 - Quantidade de filhos por participante.

Quantidade de filhos	Quantidade de participantes	Frequência
0	98	74%
1	15	11%
2	15	11%
3	2	2%
4	2	2%

Observei que a grande maioria dos participantes não possui filhos. Essa predominância de participantes sem filhos pode ser atribuída à média de idade dos participantes, uma vez que o participante mais novo e com filhos possuía 29 anos e a média de idade dos participantes com filhos foi de 39,26 anos. Na seção 4.2.2.1, verifiquei se a variável exógena, filhos, impacta na relação entre a sinalização de mudanças no procedimento de auditoria e os seus efeitos sobre a escolha contábil dos gestores.

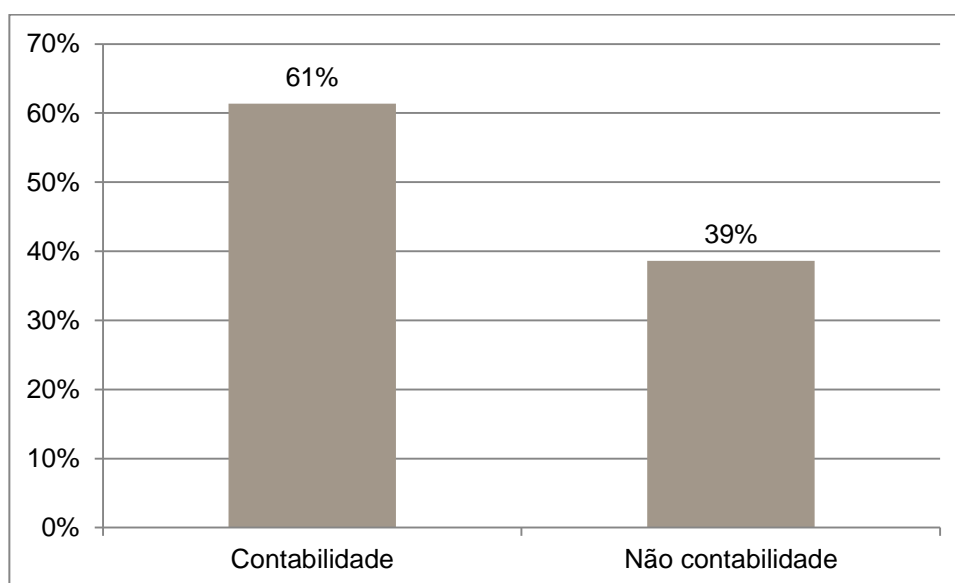


Figura 4 - Formação dos participantes.

Observei que 61% dos participantes fizeram contabilidade como curso de graduação. A maioria do restante dos participantes fizeram os cursos de administração ou economia (22% e 8% respectivamente), além desses, havia participantes com graduação em cursos de engenharia, matemática, direito, ciência da computação, entre outros.

Tabela 10 - Tempo de atuação como gestor.

Tempo atuando como gestor	Quantidade	Frequência
Nunca atuou	58	44%
De 1 a 3 anos	33	25%
De 4 a 5 anos	16	12%
De 6 a 10 anos	12	9%
Mais de 10 anos	13	10%

Mais da metade dos participantes do quase-experimento já atuaram com gestores. Para a parcela que nunca atuou, executei os testes de verificação (vide seção 4.1), para me assegurar de que todos os participantes, independentemente de sua experiência como gestor, entenderam a situação a eles aplicada.

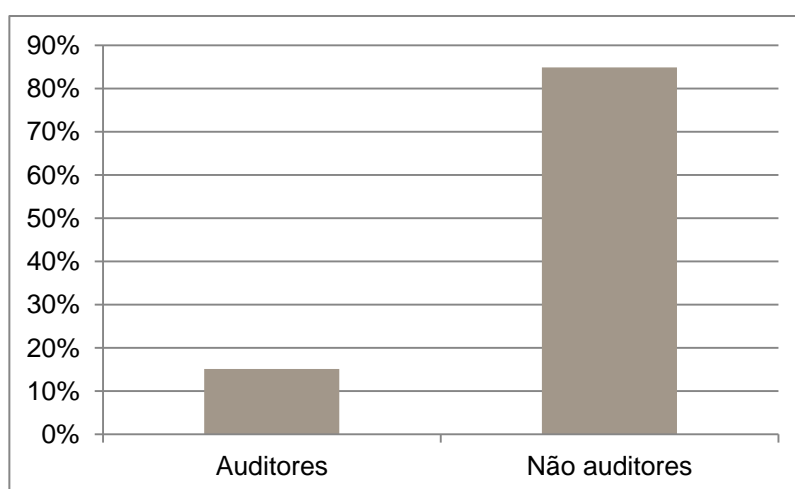


Figura 5 - Proporção de auditores e não auditores

Apliquei o quase-experimento a 20 auditores, que correspondem a 15% da população dos participantes válidos. Dos 112 participantes restantes, 65% já tiveram experiência em processos de auditoria. Considerando os participantes com experiência em procedimentos de auditoria (auditores e auditados), tem-se um percentual de 70%. Para os 30% restantes, apliquei os testes de verificação com o intuito de me certificar de que esses participantes entenderam a situação a eles aplicada.

4.2.2 Testando se a sinalização de mudanças nos procedimentos de auditoria impacta nas escolhas contábeis dos gestores

Com o objetivo de verificar se a sinalização de mudanças no procedimento de auditoria provoca mudanças nas escolhas contábeis dos gestores, analisei as respostas obtidas

no quase-experimento executado, considerando duas situações: **S1** (em que os procedimentos de auditoria não se alteraram nas demais filiais do grupo – MAA) e **S2** (em que os procedimentos de auditoria foram alterados nas demais filiais do grupo – FE). Os resultados obtidos encontram-se na tabela a seguir:

Tabela 11 – Escolhas contábeis dos participantes em cada situação do quase-experimento.

	S1	S1%	S2	S2%	Total
Escolha1	12	17%	52	83%	64
Escolha2	57	83%	11	17%	68
Total	69	100%	63	100%	132

Sabendo que a variável em estudo segue uma distribuição normal⁵, utilizei o teste de qui-quadrado para verificar se existem diferenças significativas entre as proporções das escolhas contábeis dos gestores, dada determinada situação ($\alpha = 0,05$).

O teste de qui-quadrado é um teste não paramétrico que possui como princípio básico a comparação de proporções, isto é, as possíveis divergências entre as frequências observadas e esperadas para determinado evento. Portanto, têm-se as seguintes hipóteses:

Hipótese nula (**H₀**): igualdade entre proporções das amostras. Ou seja, H_0 representaria que a sinalização de mudanças no procedimento de auditoria não afeta proporcionalmente as escolhas contábeis dos gestores.

$$H_0: x^2_{s1} = x^2_{s2}$$

Hipótese alternativa (**H₁**): diferença entre proporções das amostras. Ou seja, H_1 representaria que a sinalização de mudanças no procedimento de auditoria afeta as escolhas contábeis dos gestores.

$$H_1: x^2_{s1} \neq x^2_{s2}$$

Com auxílio da ferramenta estatística SPSS 17 e utilizando o nível de significância de 95%, o valor encontrado de X^2 foi de -7,48. A Figura 6 abaixo é o gráfico que pode ser utilizado para ilustrar que a H_0 pode ser rejeitada.

⁵ Efetuei o teste de normalidade de Anderson-Darling e obtive um P-value de 0,00, o que me permite afirmar com 95% de confiança que a variável em estudo segue uma distribuição normal.

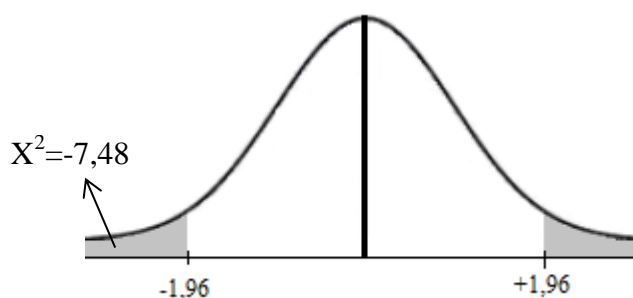


Figura 6 - Gráfico bicaudal demonstrando a região crítica do teste qui-quadrado.

Dessa maneira, observei que há evidências de diferença significativa na proporção das escolhas contábeis dos gestores, dada a sinalização de mudanças nos procedimentos de auditoria.

4.2.2.1 Análise das variáveis de controle

De acordo com o exposto na seção 3.2.3, apliquei o quase-experimento de maneira aleatória entre os participantes com o intuito de controlar os possíveis efeitos das variáveis de controle na associação dos construtos de sinalização de mudanças no procedimento de auditoria e das mudanças nas escolhas contábeis dos gestores. Contudo, na tentativa de dar maior validade interna ao trabalho, verifiquei se alguma das variáveis de controle influenciou a associação entre os referidos construtos.

A utilização de métodos estatísticos para tratar as variáveis de controle como covariáveis é citada e recomendada por Libby, Bloomfield e Nelson (2002). Sendo assim, utilizei-me do modelo de resposta binária para explicar os efeitos das variáveis de controle sobre a probabilidade de alteração nas escolhas contábeis dos gestores: a regressão Logit.

Utilizei a ferramenta SPSS para tratar os dados e obtive o seguinte resultado:

Tabela 12 - Resultado regressão Logit

Covariáveis	R²	P-value	Coef.
Situação 1 ou Situação 2	0,354	0,000	-3,166
Auditor ou não auditor	0,354	0,246	0,867
Homem ou mulher	0,354	0,656	-0,227
Com filhos ou sem filhos	0,354	0,667	-0,254
Contabilidade ou não contabilidade	0,354	0,603	-0,275
Atuou ou não como gestor	0,354	0,100	-0,936

O resultado da regressão indica que apenas a sinalização de mudança nos procedimentos de auditoria tem impacto significativo nas escolhas contábeis dos gestores. O coeficiente de determinação para esses resultados é de aproximadamente 35%, isso significa que 35% das variáveis escolhas contábeis são explicadas pelas variáveis de controle regressoras presentes no modelo.

Verifiquei que o P-value para as variáveis “homem ou mulher”, “com filhos ou sem filhos” e “contabilidade ou não contabilidade” na regressão Logit aproxima-se de 0,60, ou seja, não há significância estatística suficiente para afirmar que essas variáveis influenciam na escolha contábil dos participantes. Verifiquei, também, que os P-value para as variáveis “auditor ou não auditor” e “atuou ou não como gestor” aproximam-se de 0,24 e 0,10 respectivamente, ou seja, há certa significância estatística, mas não o suficiente para afirmar que essas variáveis influenciam na escolha contábil dos participantes.

A seguir analiso descritivamente cada variável mencionada acima.

Tabela 13 - Situações e escolhas de mulheres e homens.

Situação	Mulheres				Homens			
	S1	S1%	S2	S2%	S1	S1%	S2	S2%
Escolha1	3	11%	25	96%	9	21%	27	73%
Escolha2	24	89%	1	4%	33	79%	10	27%
Total	27	100%	26	100%	42	100%	37	100%

Para a variável “homem ou mulher” nota-se uma diferença de 10% na proporção das escolhas na Situação 1 o que pode sugerir, desconsiderando as significâncias estatísticas, que as mulheres nessa situação seriam mais propensas a se arrisarem a efetuar uma escolha contábil em desacordo com as normas da firma. Já na situação 2 nota-se uma diferença, maior ainda, de 23% na proporção das escolhas contábeis. Isso pode sugerir, também

desconsiderando as significâncias estatísticas, que as mulheres são mais sensíveis à sinalização de mudanças nos procedimentos de auditoria do que os homens. Pesquisas como as de Croson e Gneezy (2004) e Barber e Odean (2001), demonstram que as mulheres são mais conservadoras em relação à tomada de risco (*less risk-taking*) e isso vai ao encontro dos dados extraídos no quase-experimento aplicado neste trabalho.

Tabela 14 - Situações e escolhas de participantes sem e com experiência de gestor

Situação	Nunca foi gestor				Já foi gestor			
	S1	S1%	S2	S2%	S1	S1%	S2	S2%
Escolha1	6	21%	27	90%	6	15%	25	76%
Escolha2	22	79%	3	10%	35	85%	8	24%
Total	28	100%	30	100%	41	100%	33	100%

Analisando os dados da Tabela 14 nota-se uma diferença de 6% na proporção das escolhas contábeis na Situação 1 e uma diferença, maior ainda, de 14% na proporção das escolhas na Situação 2. Isso pode sugerir, desconsiderando as significâncias estatísticas, que os participantes que já atuaram como gestores teriam menos aversão à sinalização de mudanças nos procedimentos de auditoria, ou seja, menos aversão ao risco de serem descobertos em uma eventual escolha em desacordo com as normas da firma.

Tabela 15 - Situações e escolhas de participantes auditores e não auditores.

Situação	Auditores				Não auditores			
	S1	S1%	S2	S2%	S1	S1%	S2	S2%
Escolha1	3	27%	7	78%	9	16%	45	83%
Escolha2	8	73%	2	22%	49	84%	9	17%
Total	11	100%	9	100%	58	100%	54	100%

Com relação à comparação das escolhas feitas por auditores e por não auditores nota-se uma diferença de 11% na proporção das escolhas na Situação 1, o que pode sugerir, desconsiderando as significâncias estatísticas, que os auditores seriam mais propensos em fazer a escolha contábil de acordo com as normas vigentes, independentemente da sinalização de mudanças nos procedimentos de auditoria. Esses dados vão ao encontro da pesquisa de Power (2003) que revela que para que a auditoria produza a legitimação desejada pelo mercado, os auditores, os auditores são inerentemente mais conservadores que os auditados.

Como se pode notar nas tabelas acima, há certas características do participante que, apesar de não ser estatisticamente seguro afirmar, podem interferir nas escolhas contábeis. Chamo a atenção para que futuras pesquisas manipulem essas e outras variáveis de controle,

desenhando quase-experimentos que as controlem, assim será possível uma análise mais aprofundada pela comunidade acadêmica.

4.2.3 Testando se os gestores reconhecem mais imoralidade quando respondem em nome dos outros do que quando respondem por si próprios

Com o objetivo de verificar se os participantes que respondem em nome próprio reconhecem menos imoralidade nas escolhas contábeis, analisei as respostas obtidas do quase-experimento executado considerando quatro situações: **S1** (em que os procedimentos de auditoria não se alteraram nas demais filiais do grupo – MAA e o participante responde em nome do gestor) e **S1.1** (em que os procedimentos de auditoria não se alteraram nas demais filiais do grupo – MAA e o participante responde em nome próprio); e **S2** (em que os procedimentos de auditoria foram alterados nas demais filiais do grupo – FE e o participante responde em nome do gestor) e **S2.1** (em que os procedimentos de auditoria foram alterados nas demais filiais do grupo – FE e o participante responde em nome próprio).

Considerando esse objetivo, adotei alguns parâmetros para execução dos testes estatísticos: a Escolha Contábil 1 (com as UGCs separadas) remete a mais moralidade, uma vez que representaria a escolha contábil de acordo com as políticas da firma e com as normas contábeis vigentes; já a Escolha Contábil 2 (com as UGCs juntas) remete a menos moralidade, uma vez que representaria a escolha contábil em desacordo com as políticas da firma e com as normas contábeis vigentes.

Sendo assim espero o seguinte:

Tabela 16 – Situações e atribuição de moralidade

S 1 (MAA/GESTOR)	————>	Espera-se mais Escolhas Contábeis 2 do que em S 1.1
S 1.1 (MAA/PRÓPRIO)	————>	Espera-se menos Escolhas Contábeis 2 do que em S 1
S 2 (FE/GESTOR)	————>	Espera-se menos Escolhas Contábeis 1 do que em S 2.1
S 2.1 (FE/PRÓPRIO)	————>	Espera-se mais Escolhas Contábeis 1 do que em S 2

Realizei um teste para a Situação 1 e 1.1 e outro para a Situação 2 e 2.1.

Analisando primeiramente os dados da Situação 1, verifiquei que dos 69 participantes, 37 responderam em nome do gestor e 32 responderam em nome próprio. Veja a tabela abaixo que ilustra a proporção descrita:

Tabela 17 - Comparação escolhas em nome do gestor e em nome próprio na situação 1 (MAA)

Situação	1	S1%	1.1	S1.1%	Total
Escolha1	4	11%	8	25%	12
Escolha2	33	89%	24	75%	57
Total	37	100%	32	100%	69

Para verificar se há mais atribuição de moralidade na Situação 1.1 do que na Situação 1, executei o test t para verificar se há diferenças entre as médias de respostas em cada situação.

Hipótese nula (H_0): igualdade entre médias das amostras. Ou seja, H_0 representaria que não há mais atribuição de imoralidade quando os participantes estão respondendo em nome dos gestores.

$$H_0: \mu_{S1} = \mu_{S1.1}$$

Hipótese alternativa (H_1): diferença entre médias das amostras. Ou seja, H_1 representaria que há mais atribuição de imoralidade quando os participantes estão respondendo em nome dos gestores.

$$H_1: \mu_{S1} \neq \mu_{S1.1}$$

Com auxílio da ferramenta estatística SPSS 17, o teste t apresentou o seguinte resultado:

Tabela 18 - Resultado teste t para atribuição de moralidade na situação 1

Group Statistics					
	Situação	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
Escolha	MAA/GESTOR	37	,11	,315	,052
	MAA/PRÓPRIO	32	,25	,440	,078

Independent Samples Test											
		Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means						95% Confidence Interval of the Difference	
		F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	Lower	Upper	
Escolha	Equal variances assumed	10,334	,002	-1,555	67	,125	-,142	,091	-,324	,040	
	Equal variances not assumed			-1,519	55,211	,134	-,142	,093	-,329	,045	

A Tabela 18 apresenta as medidas descritivas dos dados (quantidade de participantes em cada situação, média, desvio padrão e erro padrão), diz respeito ao teste de Levene para a homogeneidade (igualdade) das variâncias e ao teste t para a comparação de duas médias no caso de duas amostras independentes.

Conforme a Tabela 18, encontrei o valor de $P = 0,002$. Inicialmente, esse resultado rejeita a hipótese de que as variâncias são iguais. Ainda na Tabela 18, é apresentado o valor da estatística do teste t para a igualdade das médias, o número do grau de liberdade e a probabilidade de significância do teste (nível de significância descritiva do teste/p-value – sig.).

Por se tratar de um teste bilateral, comparei diretamente p-value (sig. 2-tailed) com o nível de significância (α).

$$\left. \begin{array}{l} P\text{-value} = 0,134 \\ \alpha = 0,05 \end{array} \right\} \text{Como: } P\text{-value} \geq \alpha \longrightarrow \text{Aceitar-se-ia } H_0$$

De acordo com a comparação feita acima, demonstrei que não é possível rejeitar H_0 . Ou seja, não obtive significância estatística suficiente para afirmar que os participantes atribuem menos moralidade quando respondem em nome dos gestores.

Do mesmo modo, analisando os dados da Situação 2, verifiquei que dos 63 participantes, 33 responderam em nome do gestor e 30 responderam em nome próprio. Veja a tabela abaixo que ilustra a proporção descrita.

Tabela 19 - Comparação escolhas em nome do gestor e em nome próprio na situação 2 (FE)

Situação	2	S2%	2.1	S2.1%	Total
Escolha1	27	82%	25	83%	52
Escolha2	6	18%	5	17%	11
Total	33	100%	30	100%	63

Para verificar se há mais atribuição de moralidade na Situação 2.1 do que na Situação 2, executei o teste t para verificar se há diferenças entre as médias de respostas em cada situação.

Hipótese nula (H_0): igualdade entre médias das amostras. Ou seja, H_0 representaria que não há mais atribuição de imoralidade quando os participantes estão respondendo em nome dos gestores.

$$H_0: \mu_{S2} = \mu_{S2.1}$$

Hipótese alternativa (H_1): diferença entre médias das amostras. Ou seja, H_1 representaria que há mais atribuição de imoralidade quando os participantes estão respondendo em nome dos gestores.

$$H_1: \mu_{S2} \neq \mu_{S2.1}$$

Com auxílio da ferramenta estatística SPSS 17, o teste t apresentou o seguinte resultado:

Tabela 20 - Resultado teste t para atribuição de moralidade na situação 2

Group Statistics					
Situação	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	
Escolha FE/GESTOR	33	,82	,392	,068	
Escolha FE/PRÓPRIO	30	,83	,379	,069	

Independent Samples Test										
		Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means						
		F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
Escolha	Equal variances assumed	,097	,756	-,156	61	,877	-,015	,097	-,210	,179
	Equal variances not assumed			-,156	60,750	,877	-,015	,097	-,209	,179

A Tabela 20 apresenta as medidas descritivas dos dados (quantidade de participantes em cada situação, média, desvio padrão e erro padrão), diz respeito ao teste de Levene para a

homogeneidade (igualdade) das variâncias e ao teste t para a comparação de duas médias no caso de duas amostras independentes.

Conforme a Tabela 20, obtive o valor de $P = 0,756$. Inicialmente, esse resultado aceita a hipótese de que as variâncias são iguais. Ou seja, não houve diferença entre as respostas dos participantes que responderam em nome próprio e dos participantes que responderam em nome do gestor. Ainda na Tabela 20, é apresentado o valor da estatística do teste t para a igualdade das médias, o número do grau de liberdade e a probabilidade de significância do teste (nível de significância descritiva do teste/p-value – sig.).

Por se tratar de um teste bilateral, comparei diretamente p-value (sig. 2-tailed) com o nível de significância (α).

$$\left. \begin{array}{l} \text{P-value} = 0,877 \\ \alpha = 0,05 \end{array} \right\} \text{ Como: } \text{P-value} \geq \alpha \longrightarrow \text{Aceitar-se-ia } H_0$$

Dessa maneira, observei que não há evidências de diferença significativa nas escolhas contábeis dos gestores quando eles respondem por si próprios e quando eles respondem em nome de outra pessoa. Na seção 5, discuto mais detalhadamente os resultados encontrados.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais foram subdivididas de modo a discutir os testes das hipóteses do trabalho juntamente com as teorias utilizadas para a proposição dessas hipóteses. Veja subseções abaixo.

5.1 Interpretação dos resultados sob a luz da teoria de dissuasão

Baseado na teoria de dissuasão, supus que a sinalização de mudanças nos procedimentos de auditoria nas outras filiais do grupo aumentaria a percepção do gestor com relação à certeza de uma eventual punição caso fosse descoberta a escolha contábil efetuada em desacordo com as normas da firma e com as normas contábeis vigentes no Brasil. Nos testes de verificação, fiz 2 perguntas para avaliar a percepção dos participantes com relação à certeza de punição: (1) você percebeu que se a auditoria não tivesse modificado seus

procedimentos nas outras duas empresas do grupo (E1 e E2) a probabilidade de detecção do gestor (no caso da Escolha contábil 2) diminuiria?; e (2) você percebeu que se a auditoria externa não tivesse modificado seus procedimentos nas outras duas empresas do grupo (E1 e E2) a probabilidade de punição ao gestor [mudança para o Oriente Médio] (no caso da Escolha contábil 2) diminuiria?. Todas as perguntas puderam ser respondidas com: (0) discordo; (1) não concordo e nem discordo; e (3) concordo.

Cerca de 60% dos participantes perceberam o aumento na probabilidade de punição quando perceberam a sinalização de mudança nos procedimentos de auditoria. Além disso, o teste de qui-quadrado indicou que há evidências de que a sinalização de mudanças nos procedimentos de auditoria afeta as escolhas contábeis dos gestores. Esses resultados vão ao encontro do que é sugerido pela teoria de dissuasão que quanto mais o indivíduo percebe o aumento na probabilidade de punição, conseqüentemente os custos de se efetuar determinada escolha contábil em desacordo com as normas da firma aumentam em detrimento dos seus benefícios.

5.2 Interpretação dos resultados sob a luz da teoria da ilusão interpessoal

Baseado na teoria da ilusão interpessoal, supus que um dos *links* chave para nossa primeira hipótese seria que os gestores e auditores se comportariam de maneira a antecipar o comportamento um do outro, por isso, os gestores seriam sensíveis às mudanças em seu ambiente e associariam essas mudanças com o aumento da suspeita do auditor sobre a sua honestidade. Nos testes de verificação fiz uma pergunta para avaliar a percepção dos participantes com relação ao aumento da suspeita sobre eles: (1) o gestor/você fez essa escolha devido ao fato de a auditoria externa ter modificado seus procedimentos na E1 e na E2 e, portanto, poderia verificar que o arranjo das Unidades Geradoras de Caixa deveria ser feito separadamente?

Cerca de 50% dos participantes da perceberam o aumento na suspeita sobre eles quando perceberam a sinalização de mudança nos procedimentos de auditoria. Além disso, o teste de qui-quadrado indicou que há evidências de que a sinalização de mudanças nos procedimentos de auditoria afeta as escolhas contábeis dos gestores. Esses resultados vão ao encontro do que é sugerido pela teoria da ilusão interpessoal.

5.3 Interpretação dos resultados sob a luz da teoria da atribuição

Não obtive confiança estatística suficiente para afirmar que indivíduos efetuando escolhas contábeis em nome de outra pessoa tendem a reconhecer menos moralidade do que quando respondem em seu próprio nome. Entretanto, as análises descritivas das Tabelas 18 e 20, mostram que, em um cenário onde não há sinalização de mudanças nos procedimentos de auditoria, há um aumento de 14% na proporção da Escolha Contábil 2 (UGCs juntas - reconhecendo menos moralidade) quando os participantes responderam em nome do gestor. Já em um cenário onde há sinalização de mudanças nos procedimentos de auditoria, esse aumento não é notado.

Isso pode sugerir que indivíduos que perceberam a sinalização de mudanças nos procedimentos de auditoria deixariam de reconhecer mais ou menos moralidade independentemente de fazerem a escolha contábil em nome próprio ou em nome de terceiros, o que me leva a supor que a percepção no aumento da suspeita sobre os indivíduos e o aumento na probabilidade de punição podem ser percepções independentes da atribuição de mais ou menos moralidade.

5.4 Considerações finais

Nas últimas duas décadas, a comunidade contábil se deparou com a renascença do foco na responsabilidade do auditor em prevenir e detectar escolhas contábeis em desacordo com as normas contábeis vigentes. Além dos vários escândalos frequentemente citados em pesquisas, essa demanda também surgiu na medida em que houve um aumento na subjetividade da estrutura conceitual sob a qual a prática contábil está calcada. Esse subjetivismo permite que o elaborador das informações contábeis faça escolhas contábeis que envolvem decisões políticas, pessoais (cognitivas) e técnicas na elaboração das demonstrações financeiras. Este trabalho se propôs a verificar um dos aspectos de como os gestores percebem diferentes ações da auditoria e se essas ações possuem diferentes efeitos dissuasivos sobre eles na tentativa de aproximar a pesquisa contábil da prática contábil em si.

Por meio de um quase-experimento, desenhado para contemplar uma situação cotidiana na prática contábil, verifiquei que há evidências de que a sinalização de mudanças nos procedimentos de auditoria afeta a escolha contábil do gestor. Esse resultado pode ter efeito prático para as empresas de auditoria, na medida em que é cada vez mais requerido um

alto nível de ceticismo na avaliação de transações que a cada dia se tornam mais complexas, uma vez que demonstra que uma atitude mais cética da auditoria tem efeitos dissuasivos sobre as escolhas contábeis dos gestores que possam estar em desacordo com as normas contábeis vigentes.

O resultado também pode ter efeito prático para os acionistas das empresas auditadas que poderão passar a exigir maior nível de ceticismo de seus auditores externos contratados, pois a sinalização de mudança nos procedimentos de auditoria, que possui custo inferior à efetiva mudança, pode ajudar na busca de otimização da informação contábil que produza demonstrações financeiras realmente livres de distorções, reduzindo assim, a assimetria de informação entre agentes e principais.

A estratégia de pesquisa utilizada permitiu, por meio da aleatoriedade, controlar as variáveis de controle que poderiam influenciar na relação das variáveis independentes com as dependentes. Além disso, conforme discutido na seção 4.2.2.1, nenhuma das variáveis de controle influenciou de maneira significativa na escolha contábil dos participantes. Recomendo que em pesquisas futuras essas variáveis sejam tratadas separadamente para que seja possível uma eventual mensuração do impacto dessas variáveis sobre as escolhas contábeis dos gestores.

Não pude afirmar com confiança estatística suficiente que os participantes que responderam em nome do gestor reconheceram menos moralidade na escolha contábil do que os participantes que responderam em nome próprio. Porém, entrevistei, após a aplicação do quase-experimento, 2 sócios de auditoria. O primeiro deles (que atua a mais de 7 anos como sócio de auditoria) havia participado do quase-experimento na situação 1.1, ou seja, com a auditoria não sinalizando mudanças nos procedimentos e a escolha sendo feita em nome próprio. Esse primeiro sócio de auditoria efetuou a Escolha 1, com Unidades Geradoras de Caixa separadas. Perguntei a ele se caso fosse um gestor (um possível cliente) nessa situação a escolha seria a mesma e ele informou que acredita que não. Justificou sua resposta dizendo que apesar dos incentivos, ele como auditor deveria fazer a escolha em concordância com as normas contábeis vigentes e o gestor/cliente, apesar de também ter a obrigação de fazer escolhas de acordo com as normas vigentes, não agiria do mesmo modo, uma vez que poderia vislumbrar uma oportunidade de se beneficiar com o bônus e não ter sua imagem denegrida caso a auditoria não modificasse seus procedimentos para obtenção de evidências externas. O

segundo (que atua como sócio de auditoria há 3 anos) foi entrevistado separadamente do primeiro e participou do quase-experimento na situação 2, ou seja, com a auditoria sinalizando mudanças em seus procedimentos e a escolha sendo feita em nome do gestor. O segundo sócio, assim como o primeiro, efetuou a Escolha 1 e argumentou que o gestor, ao perceber que poderia ser descoberto, escolheria a opção que não o colocaria em risco. Entendo que, apesar de não serem generalizáveis, essas duas entrevistas reforçam a ideia de confirmação da H_1 do trabalho e contribuem para a afirmação de que H_2 , desconsiderando as significâncias estatísticas, pode sim fazer sentido.

Ainda em relação ao desenho do quase-experimento, não considere mudanças mais sutis nos procedimentos de auditoria como mudança da equipe de auditoria em relação ao ano anterior. Apesar de isso não estar contemplado no quase-experimento, na prática as equipes de auditoria podem ser modificadas de um ano para o outro e isso também pode ser uma sinalização que afete as escolhas contábeis dos gestores na prática. Contudo, os efeitos desse tipo de mudanças não foram levados em consideração nessa pesquisa.

Outra limitação dos resultados da pesquisa é que, ao permitir somente dois tipos de escolhas contábeis no quase-experimento, não utilizei uma escala de Likert que daria mais força aos testes, por isso não afirmo nos nossos resultados que a sinalização de mudanças nos procedimentos de auditoria interfere na escolha contábil dos gestores, mas sim que há evidências de que isso ocorra. Há que se ressaltar, entretanto, que do ponto de vista prático, não há como uma escolha contábil ser feita parcialmente (como seria sugerido caso houvesse uma escala de Likert), ou ela é feita ou ela não é feita. Por isso, entendo que, apesar de perder um pouco de significância estatística, a estratégia utilizada no quase-experimento está mais alinhada à prática da contabilidade do que à prática geralmente adotada nas pesquisas acadêmicas em contabilidade com a estratégia metodológica semelhante aqui adotada.

Apesar das limitações, o trabalho contribuiu com o “estado da arte” das pesquisas em escolhas contábeis na medida em que expandiu o entendimento sobre escolhas contábeis incluindo tomadores de decisão externos à empresa como potenciais influenciadores de escolhas contábeis internas à empresa. Além disso, o trabalho verificou uma pergunta problema que se aproxima da prática contábil, diferentemente da grande massa de pesquisas contábeis atuais que, por motivos já citados, distanciam o praticante da contabilidade do que hoje chamamos de ciência contábil. Desse modo, resalto que paradigmas devem ser

reestabelecidos na pesquisa contábil, pois a demanda de quem está envolvido com a prática da contabilidade é por orientação que auxilie na condução dos juízos. Sendo assim, o papel da pesquisa em contabilidade deveria ser mais voltado para a formulação juízos sobre situações que deveriam ser superadas e transformadas socialmente a fim de viabilizar o processo civilizatório do ser humano. É importante entender porque a contabilidade é como ela é e seu caráter preditivo. Todavia, mais importante ainda, é prever cenários futuros – considerando a aproximação da teoria à vida humana – e armar um arcabouço contábil para enfrentá-los.

Pretendo, em pesquisas futuras, aprofundar os conhecimentos em teorias sociais, psicológicas e econômicas com a intenção, prima, de humanizar as pesquisas em contabilidade, ou seja, utilizar conhecimentos de ciências sociais mais desenvolvidas para auxiliar em respostas que a ciência contábil ainda não conseguiu e aproximar o “praticante” da contabilidade das pesquisas acadêmicas, dessa maneira poderemos almejar a evolução tanto na prática contábil, como na contabilidade como ciência.

6 REFERÊNCIAS

- Akerlof, G. A. (1970). The market for lemons: quality uncertainty and the market mechanism. *Quarterly Journal of Economics*, 84 (3), 488-500.
- Alchian, A. A., & Demsetz, H. (1972). Production, Information Cost, and Economic Organization. *The American Economic Review*, 62 (5), 777-795.
- Ashton, R. H., & Ashton, A. H. (1995). Judgment and Decision-Making Research in Accounting and Auditing. *Cambridge: Cambridge University Press*. 280pp.
- Baker, S. R., & Stephenson, D. (2000). Prediction and control as determinants of behavioural uncertainty: effects on task performance and heart rate reactivity. *Integrative Psychological and behavioral science*, 35, 235-250.
- Ball, R., & Brown, P. (1968). An empirical evaluation of accounting income numbers. *Journal of Accounting Research*, 6 (2), 159-178.
- Barber, B., & Odean, T. (2001). Boys will be boys: gender, overconfidence and common stock in common stock investment. *The Quarterly Journal of Economics*, 115 (1), 261-292.
- Becker, G. (1968). Crime and punishment: an economic approach. *Journal of political Economy*, 78, 169-217.
- Bedard, J. C., Mock, T. J., & Wright, A. M. (1999). Evidential planning auditing: a review of the empirical research. *Journal of accounting literature*, 18, 96-142.
- Beresford, D. R. (1994). A request for more research to support financial accounting standard setting AAA – accounting, behavior and organization section. *Behavioral Research in Accounting*, 6, 190-203.
- Bisbe, J., Foguet, J. M., & Chenhall, R. (2007). Defining management accounting constructs: a methodological note on the risk of conceptual misspecification. *Accounting, organization and society*, 31, 789-820.
- Burgoon, J. K., et al. (1995). Interpersonal deception IV. Effects of suspicion on perceived communication and nonverbal behavior dynamics. *Human Communication Research*, 22, 163-196.
- Burgoon, J. K., et al. (1996). Testing interpersonal deception theory: effects of suspicion on communication behaviours and perceptions. *Communication Theory*, 6, 243-267.
- Chen, Q., Kelly, K., & Salterio, S. (2012). Do changes in audit actions and attitudes consistent with increased auditor scepticism deter aggressive earnings management? An experimental investigation. *Accounting, Organizations and Society*, 37, 95-115.
- Croson, R., & Gneezy, U. (2004). Gender differences in preferences. *Journal of Economic Literature*, 47 (2), 448-474.

Decker, S. (2003). Advertising against crime: the potential impact of publicity in crime prevention. *Criminology e Public Policy*, 2, 525-530.

DeGeorge, F., Patel, J., & Zeckhauser, R. (1999). Earnings management to exceed thresholds. *Journal of business*, 72, 1-33.

Epley, N., & Dunning, D. (2000). Feeling “holier than thou”: are self-serving assessments produced by errors in self or social prediction? *Journal of Personality and Social Psychology*, 79, 861-975.

Fama, E. F. (1970). Efficient capital markets: a review of theory and empirical work. *Journal of Finance*, 25, 383-417.

Fama, E. F. (1998). Market efficiency long-term returns, and behavioral finance. *Journal of Financial Economics*, 49, 283-206.

Fields, T. D., Lys, T. Z., & Vincent, L. (2001). Empirical research on accounting choice. *Journal of Accounting and Economics*, 31, 255-307.

Fischer, R. J. (1993). Social desirability bias and the validity of indirect questioning. *Journal of Consumer Research*, 20, 303-315.

Francis, J. (2001). Discussion of empirical research on accounting choice. *Journal of Accounting and Economics*, 31, 309-319.

Grolleau, G., Ibanez, L., & Mzoughi, N. (2012). Being the best or doing the right thing? An investigation of positional, prosocial and conformist preferences in provision of public goods. *The journal of socio-economics*, 41, 705-711.

Healy, P. (1985). The effect of bonus schemes on the selection of accounting principles. *Journal of Accounting and Economics*, 7, 85–107.

Hoffman, V. B., & Zimbelman, M. F. (2009). Do strategic reasoning and brainstorming help auditors change their standard audit procedures in response to fraud risk? *The Accounting Review*, 84, 811–837.

Holmstrom, B. (1979). Moral hazard and observability. *Bell Journal of Economics*, 10 (1), 74-91.

Holthausen, R. W., & Leftwich, R. W. (1983). The economic consequences of accounting choice: implications of costly contracting and monitoring. *Journal of Accounting and Economics*, 77-117.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011). Principais destaque da evolução do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/retrospectiva2003_2010.pdf . Acessado em: 04/08/2014 as 18:08.

- Iudícibus, S. (2010). Teoria da contabilidade. 10ª ed. *Editora Atlas S.A.*, São Paulo.
- Jacobs, B. A. (2010). Deterrence and Deterrability, *Crimonology*, 48, 417-441.
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: managerial behavior, agency costs, and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3, 305-360.
- Kothari, S. P. (2001). Capital markets research in accounting. *Journal of Accounting and Economics*, 31, 105-231.
- Libby, R. (1981). Accounting and human information processing: theory and applications. *Engle Cliffs: Prentice Hall*.
- Libby, R., Bloomfield, R., & Nelson, M. (2002). Experimental research in financial accounting. *Accounting, organizations and society*, 27, 775-810.
- Libby, R., & Luft, J. (1993). Determinants of judgment performance in accounting settings: ability, knowledge, motivation, and environment. *Accounting, Organizations and Society*, 18, 425-450.
- Maines, L. A. (1994). The role of behavioral accounting research in financial accounting standard setting. *Behavior research in accounting*, 6, 204-212.
- McKee, T. E. (2006). Increase your fraud auditing effectiveness by being unpredictable. *Managerial Auditing Journal*, 21, 224-231.
- Mendes, S., & McDonald, M. (2001). Putting severity of punishment back in the deterrence package. *Policy Studies Journal*, 29, 588-610.
- Milgrom, P., & Roberts, J. (1992). Economics, Organization and Management, *Harlow: Prentice Hall*.
- Conselho Federal de Contabilidade. NBC TA 200 – Normas Brasileiras de Contabilidade – Técnicas de auditoria – Objetivos gerais do auditor independente e a condução de uma auditoria em conformidade com as normas de auditoria. 2009.
- Conselho Federal de Contabilidade. NBC TA 240 – Normas Brasileiras de Contabilidade – Técnicas de auditoria – Responsabilidade do auditor relacionada com fraude em auditoria de demonstrações contábeis. 2009.
- Conselho Federal de Contabilidade. NBC TA 330 – Normas Brasileiras de Contabilidade – Técnicas de auditoria – Resposta do auditor aos riscos avaliados. 2009.
- Paulo, E. (2007). Manipulação das informações contábeis: uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados. *Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo*, 260f., São Paulo.

- Peetz, J., & Kammrath, L. (2013). Folk understandings of self-regulation in relationships: Recognizing the importance of self-regulatory ability for others, but not the self. *Journal of experimental social psychology*, 49, 712-718.
- Pinnuck, M.; Shekhar, C. (2013). The profit versus loss heuristic and firm financing decisions. *Accounting, Organizations and Society*, 38, 420-439.
- Pogarsky, G. (2002). Identifying “deterable” offenders: Implications for research on deterrence. *Justice Quarterly*, 19, 431-450.
- Power, M. K. (2003). Auditing and the production of legitimacy. *Accounting, Organizations and Society*, 28, 379-394.
- Runkel, P., & McGrath, J. (1972). Research on human behavior: a systematic guide and method. *New York: Holt, Rinehart and Winston*.
- Scheider, M. (2001). Deterrence and the base rate fallacy: an examination of perceived certainty. *Justice Quarterly*, 18, 63-86.
- Thaler, R. H. (1999). The end of behavioral finance. *Financial Analysts' Journal*, 55, 12-17.
- Watts R. L., & Zimmerman, J. (1986). *Positive Accounting Theory*, Prentice-Hall Inc.
- Wiek, K. E., Sutcliffe, K. M., & Obstfeld, D. (2005). Organizing and the process of sensemaking. *Organization Science*, 16, 409-451.
- Zang, A. Y. (2012). Evidence on the trade-off between real activities manipulation and accrual-based earnings management. *Accounting Review*, 87, 675-703.
- Zimbelman, M. F., & Waller, W. S. (1999). An experimental investigation of auditor-auditee interaction under ambiguity. *Journal of Accounting Research*, 37, 135-155.

APÊNDICE A

Segue abaixo o instrumento experimental utilizado para a situação MAA em E1 e E2 e com o participante respondendo em nome do gestor.

Informações sobre a atividade

Caro(a) participante,

Essa atividade está sendo conduzida pelo aluno de Mestrado em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto – FEARP/USP – Bruno Meggiato Grabert sob a orientação do Prof. Dr. Vinicius Aversari Martins e terá duração aproximada de 20 minutos.

O estudo está contido no campo das **escolhas contábeis**, as quais são entendidas como **qualquer decisão cujo propósito primário é influenciar a forma e/ou o conteúdo dos resultados das informações contábeis**. As decisões podem ser vistas como um *trade-off* feito com base em incentivos conectados a outros agentes (reguladores, acionistas e auditores, por exemplo) que também têm interesses que podem influenciar os resultados contábeis.

Você, como membro participante da atividade, terá o papel de indicar **qual escolha contábil o gestor da empresa faria, dada determinada circunstância apresentada**.

Todos os cuidados necessários para a manutenção da confidencialidade das informações serão tomados. A atividade será realizada anonimamente.

A seguir você preencherá um questionário de 15 questões para obtenção dos dados demográficos da pesquisa e, em seguida, tomará conhecimento da situação em que o gestor se encontra para a tomada de decisão; posteriormente dará sua opinião sobre qual escolha contábil o gestor faria. Ao final mais algumas questões de controle serão feitas para assegurar a robustez da atividade.

Agradeço antecipadamente a sua colaboração.

Questionário demográfico

1. Idade:
2. Cidade e estado onde nasceu:
3. Cidade e estado onde reside:
4. Cidade e estado onde trabalha:
5. Sexo: () Masculino () Feminino
6. () Casado () Solteiro
7. Quantidades de filhos?
8. Qual é seu nível de escolaridade?
9. Qual é(são) seu(s) curso(s) de graduação?
10. Possui curso(s) de pós-graduação concluído(s) ou em andamento?
 - i. _____
 - ii. _____
 - iii. _____
11. Quantos anos de experiência profissional possui?
12. Há quantos anos atua como gestor?
13. Qual é o cargo exercido atualmente?
14. Já exerceu alguma atividade relacionada a tomada de decisão contábil? Qual?

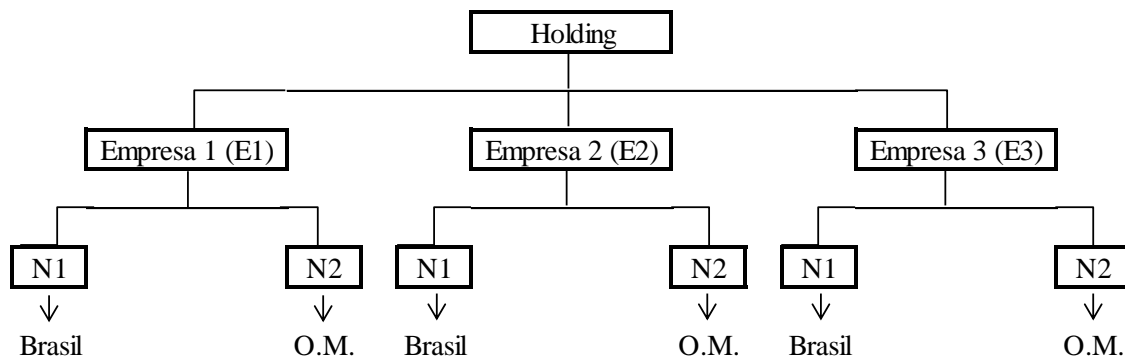
15. Perfil do empregador:
 - a. Setor público
 - b. Companhia de grande porte (ativo superior a R\$240 milhões ou receita bruta anual superior a R\$300 milhões) de capital fechado
 - c. Companhia de pequeno e médio porte de capital fechado
 - d. Companhia de capital aberto
 - e. Companhia do 3º setor (ex. ONGs)
 - f. Tenho meu próprio negócio

O CASO

O negócio empresarial

A estrutura organizacional do grupo de empresas onde a situação ocorre possui 1 holding, 3 empresas controladas (E1, E2 e E3) e cada empresa possui dois negócios (cada negócio é segregado societariamente em outras 2 empresas): as empresas do negócio 1 (N1) produzem derivados do petróleo, e são todas localizadas no Brasil; as empresas do negócio 2 (N2) produzem e fornecem petróleo bruto, e estão todas localizadas no Oriente Médio.

Abaixo é encontrado o organograma ilustrativo do grupo:



Como se pode observar, cada empresa possui dois negócios (N1, N2). O primeiro é uma empresa que produz derivados do petróleo, sediada no Brasil, local para onde as vendas são escoadas. A matéria-prima, petróleo bruto, é comprada pelas N1 exclusivamente das empresas do segundo negócio (N2), sediados no Oriente Médio. 90% das vendas do primeiro negócio (N1) são destinadas a clientes externos à empresa, já as vendas das N2 são 100% destinadas para a produção final das N1.

A política do grupo é de que todas as Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) sejam devidamente identificadas de acordo com as normas contábeis vigentes no Brasil (IFRS), as quais ditam que a unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são **em grande parte independentes** das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos. Isso reforça a necessidade de uma avaliação criteriosa por parte da gestão para a identificação de cada unidade geradora de caixa (UGC).

A Auditoria Externa e Coleta de Evidências

Nos anos anteriores a auditoria externa executou seus testes para a verificação da ocorrência de *impairment* em cada empresa (E1, E2 e E3) solicitando um laudo de avaliação elaborado por especialistas internos ao Grupo. Esse laudo interno aponta que as entradas de caixa das N2 (Oriente Médio, produtoras de petróleo bruto) não são independentes e que a administração toma decisões sobre a continuidade ou baixa de ativos do segmento de negócio (N1 + N2) e que, portanto esses dois negócios conjuntos de cada Empresa são considerados como uma única Unidade Geradora de Caixa. Ou seja, a Unidade Geradora de Caixa é, conforme os especialistas internos, o conjunto formado por N1 mais N2 de cada empresa (E1, E2 e E3).

Sabe-se, todavia, que há mercado ativo para petróleo bruto no Oriente Médio e que o N2 (produtores de petróleo) de cada Empresa seria capaz de efetuar suas vendas a terceiros que não o N1.

Caso a auditoria externa modificasse a sua fonte de evidência para a avaliação de um laudo elaborado por especialistas externos, provavelmente haveria fortes indícios que as Unidades Geradoras de Caixa deveriam ser consideradas separadamente, pois nesse laudo haveria a menção de existência de mercado ativo para petróleo bruto no Oriente Médio.

As Escolhas Contábeis Possíveis

No caso de a auditoria coletar evidências externas, e o gestor efetuar a escolha de uma única Unidade Geradora de Caixa ($UGC = N1+N2$) [**Escolha contábil 2**], o fato seria interpretado como uma atitude contra as políticas da firma e o gestor seria transferido para o negócio do Oriente Médio, independente do resultado contábil decorrente da escolha.

Se os dois negócios forem consideradas como uma única UGC (**Escolha contábil 2**), então o *impairment* resultaria em uma perda de R\$100 mil, mesmo assim o resultado líquido na **E3** seria lucro de R\$ 700 mil. O resultado maior ou igual a R\$ 700 mil garantiria ao gestor um bônus de 8 salários. O resultado abaixo de R\$ 700 mil não garantiria bônus ao gestor.

Se os dois negócios forem considerados separadamente pelo gestor como duas unidades geradoras de caixa ($UGC1 = N1$; $UGC2 = N2$) [**Escolha contábil 1**], então haveria *impairment* de ativos, resultando em uma perda de R\$2.000 mil. Isso provocaria um prejuízo

na **E3** igual a R\$1.200 mil. O gestor não receberia nenhum bônus, porém permaneceria no Brasil, pois sua escolha não estaria em desacordo com as políticas da firma.

A Situação

Durante o ano fiscal, o gestor da E3 fica sabendo, **antes do início dos trabalhos de auditoria na E3**, que a auditoria nas outras empresas (E1 e E2) está “indo do mesmo jeito que no ano anterior” sem mudanças no comportamento dos auditores comparados ao ano anterior (“a auditoria está solicitando o mesmo tipo de evidência para teste”, “estão fazendo o mesmo tipo de questão” e “a auditoria está indo muito semelhante ao ano anterior”).

Pergunta-se: Qual escolha contábil **o gestor** da E3 faria?

- () Escolha contábil 1 – Unidades Geradoras de Caixa separadas.
- () Escolha contábil 2 – Unidades Geradoras de Caixa juntas.

Questões de Consistência Interna da Atividade

O gestor fez essa escolha devido ao fato de a auditoria externa não ter modificado seus procedimentos na E1 e na E2 e, portanto, não verificaria que o arranjo das Unidades Geradoras de Caixa deveria ser feito separadamente?

- (0) Discordo
- (1) Não discordo e nem concordo
- (2) Concordo

Se a auditoria externa tivesse modificado seus procedimentos somente na E2 e permanecido com o mesmo procedimento na E1, o gestor mudaria sua escolha?

- (0) Discordo
- (1) Não discordo e nem concordo
- (2) Concordo

E se a auditoria externa tivesse modificado seus procedimentos nas outras duas empresas do grupo (E1 e E2), o gestor mudaria sua escolha?

- (0) Discordo
- (1) Não discordo e nem concordo
- (2) Concordo

Você percebeu que se se a auditoria externa tivesse modificado seus procedimentos nas outras duas empresas do grupo (E1 e E2) a probabilidade de detecção do erro do gestor (no caso da Escolha contábil 2) aumentaria?

- (0) Discordo
- (1) Não discordo e nem concordo
- (2) Concordo

Você percebeu que se se a auditoria externa tivesse modificado seus procedimentos nas outras duas empresas do grupo (E1 e E2) a probabilidade de punição ao gestor [mudança para o Oriente Médio] (no caso da Escolha contábil 2) aumentaria?

- (0) Discordo
- (1) Não discordo e nem concordo
- (2) Concordo

Você acha que seu par (pessoa com cargo/experiência equivalente) faria a mesma escolha que o gestor?

(0) Discordo

(1) Não discordo e nem concordo

(2) Concordo

Você já esteve envolvido em processos de auditoria?

(0) Não

(2) Sim

Você já esteve envolvido em processos contábeis que envolveram discussões sobre *impairment* e/ou Unidades Geradoras de Caixa?

(0) Não

(2) Sim

APÊNDICE B

Segue abaixo o instrumento experimental utilizado para a situação MAA em E1 e E2 e com o participante respondendo em nome próprio.

Informações sobre a atividade

Caro(a) participante,

Essa atividade está sendo conduzida pelo aluno de Mestrado em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto – FEARP/USP – Bruno Meggiato Grabert sob a orientação do Prof. Dr. Vinicius Aversari Martins e terá duração aproximada de 20 minutos.

O estudo está contido no campo das **escolhas contábeis**, as quais são entendidas como **qualquer decisão cujo propósito primário é influenciar a forma e/ou o conteúdo dos resultados das informações contábeis**. As decisões podem ser vistas como um *trade-off* feito com base em incentivos conectados a outros agentes (reguladores, acionistas e auditores, por exemplo) que também têm interesses que podem influenciar os resultados contábeis.

Você, como membro participante da atividade, terá o papel de indicar **qual escolha contábil você faria, dada determinada circunstância apresentada**.

Todos os cuidados necessários para a manutenção da confidencialidade das informações serão tomados. A atividade será realizada anonimamente.

A seguir você preencherá um questionário de 15 questões para obtenção dos dados demográficos da pesquisa e, em seguida, tomará conhecimento da situação em que você se encontra para a tomada de decisão; posteriormente dará sua opinião sobre qual escolha contábil você faria. Ao final mais algumas questões de controle serão feitas para assegurar a robustez da atividade.

Agradeço antecipadamente a sua colaboração.

Questionário demográfico

1. Idade:
2. Cidade e estado onde nasceu:
3. Cidade e estado onde reside:
4. Cidade e estado onde trabalha:
5. Sexo: () Masculino () Feminino
6. () Casado () Solteiro
7. Quantidades de filhos?
8. Qual é seu nível de escolaridade?
9. Qual é(são) seu(s) curso(s) de graduação?
10. Possui curso(s) de pós-graduação concluído(s) ou em andamento?
 - i. _____
 - ii. _____
 - iii. _____
11. Quantos anos de experiência profissional possui?
12. Há quantos anos atua como gestor?
13. Qual é o cargo exercido atualmente?
14. Já exerceu alguma atividade relacionada a tomada de decisão contábil? Qual?

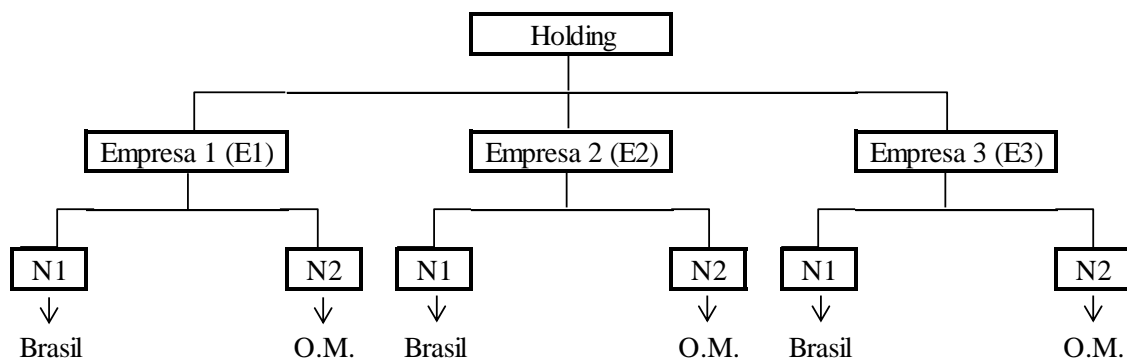
15. Perfil do empregador:
 - a. Setor público
 - b. Companhia de grande porte (ativo superior a R\$240 milhões ou receita bruta anual superior a R\$300 milhões) de capital fechado
 - c. Companhia de pequeno e médio porte de capital fechado
 - d. Companhia de capital aberto
 - e. Companhia do 3º setor (ex. ONGs)
 - f. Tenho meu próprio negócio

O CASO

O negócio empresarial

A estrutura organizacional do grupo de empresas onde a situação ocorre possui 1 holding, 3 empresas controladas (E1, E2 e E3) e cada empresa possui dois negócios (cada negócio é segregado societariamente em outras 2 empresas): as empresas do negócio 1 (N1) produzem derivados do petróleo, e são todas localizadas no Brasil; as empresas do negócio 2 (N2) produzem e fornecem petróleo bruto, e estão todas localizadas no Oriente Médio.

Abaixo é encontrado o organograma ilustrativo do grupo:



Como se pode observar, cada empresa possui dois negócios (N1, N2). O primeiro é uma empresa que produz derivados do petróleo, sediada no Brasil, local para onde as vendas são escoadas. A matéria-prima, petróleo bruto, é comprada pelas N1 exclusivamente das empresas do segundo negócio (N2), sediados no Oriente Médio. 90% das vendas do primeiro negócio (N1) são destinadas a clientes externos à empresa, já as vendas das N2 são 100% destinadas para a produção final das N1.

A política do grupo é de que todas as Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) sejam devidamente identificadas de acordo com as normas contábeis vigentes no Brasil (IFRS), as quais ditam que a unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são **em grande parte independentes** das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos. Isso reforça a necessidade de uma avaliação criteriosa por parte da gestão para a identificação de cada unidade geradora de caixa (UGC).

A Auditoria Externa e Coleta de Evidências

Nos anos anteriores a auditoria externa executou seus testes para a verificação da ocorrência de *impairment* em cada empresa (E1, E2 e E3) solicitando um laudo de avaliação elaborado por especialistas internos ao Grupo. Esse laudo interno aponta que as entradas de caixa das N2 (Oriente Médio, produtoras de petróleo bruto) não são independentes e que a administração toma decisões sobre a continuidade ou baixa de ativos do segmento de negócio (N1 + N2) e que, portanto esses dois negócios conjuntos de cada Empresa são considerados como uma única Unidade Geradora de Caixa. Ou seja, a Unidade Geradora de Caixa é, conforme os especialistas internos, o conjunto formado por N1 mais N2 de cada empresa (E1, E2 e E3).

Sabe-se, todavia, que há mercado ativo para petróleo bruto no Oriente Médio e que o N2 (produtores de petróleo) de cada Empresa seria capaz de efetuar suas vendas a terceiros que não o N1.

Caso a auditoria externa modificasse a sua fonte de evidência para a avaliação de um laudo elaborado por especialistas externos, provavelmente haveria fortes indícios que as Unidades Geradoras de Caixa deveriam ser consideradas separadamente, pois nesse laudo haveria a menção de existência de mercado ativo para petróleo bruto no Oriente Médio.

As Escolhas Contábeis Possíveis

No caso de a auditoria coletar evidências externas, e o gestor efetuar a escolha de uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC = N1+N2) [**Escolha contábil 2**], o fato seria interpretado como uma atitude contra as políticas da firma e o gestor seria transferido para o negócio do Oriente Médio, independente do resultado contábil decorrente da escolha.

Se os dois negócios forem consideradas como uma única UGC (**Escolha contábil 2**), então o *impairment* resultaria em uma perda de R\$100 mil, mesmo assim o resultado líquido na **E3** seria lucro de R\$ 700 mil. O resultado maior ou igual a R\$ 700 mil garantiria ao gestor um bônus de 8 salários. O resultado abaixo de R\$ 700 mil não garantiria bônus ao gestor.

Se os dois negócios forem considerados separadamente pelo gestor como duas unidades geradoras de caixa (UGC1 = N1; UGC2 = N2) [**Escolha contábil 1**], então haveria *impairment* de ativos, resultando em uma perda de R\$2.000 mil. Isso provocaria um prejuízo

na **E3** igual a R\$1.200 mil. O gestor não receberia nenhum bônus, porém permaneceria no Brasil, pois sua escolha não estaria em desacordo com as políticas da firma.

A Situação

Durante o ano fiscal, **você**, gestor da E3, fica sabendo, **antes do início dos trabalhos de auditoria na E3**, que a auditoria nas outras empresas (E1 e E2) está “indo do mesmo jeito que no ano anterior” sem mudanças no comportamento dos auditores comparados ao ano anterior (“a auditoria está solicitando o mesmo tipo de evidência para teste”, “estão fazendo o mesmo tipo de questão” e “a auditoria está indo muito semelhante ao ano anterior”).

Pergunta-se: Qual escolha contábil **você** faria?

- () Escolha contábil 1 – Unidades Geradoras de Caixa separadas.
- () Escolha contábil 2 – Unidades Geradoras de Caixa juntas.

Questões de Consistência Interna da Atividade

Você fez essa escolha devido ao fato de a auditoria externa não ter modificado seus procedimentos na E1 e na E2 e, portanto, não verificaria que o arranjo das Unidades Geradoras de Caixa deveria ser feito separadamente?

- (0) Discordo
- (1) Não discordo e nem concordo
- (2) Concordo

Se a auditoria externa tivesse modificado seus procedimentos somente na E2 e permanecido com o mesmo procedimento na E1, você mudaria sua escolha?

- (0) Discordo
- (1) Não discordo e nem concordo
- (2) Concordo

E se a auditoria externa tivesse modificado seus procedimentos nas outras duas empresas do grupo (E1 e E2), você mudaria sua escolha?

- (0) Discordo
- (1) Não discordo e nem concordo
- (2) Concordo

Você percebeu que se que se a auditoria externa tivesse modificado seus procedimentos nas outras duas empresas do grupo (E1 e E2) a probabilidade de detecção do seu erro (no caso da Escolha contábil 2) aumentaria?

- (0) Discordo
- (1) Não discordo e nem concordo
- (2) Concordo

Você percebeu que se que se a auditoria externa tivesse modificado seus procedimentos nas outras duas empresas do grupo (E1 e E2) a probabilidade de punição a você [mudança para o Oriente Médio] (no caso da Escolha contábil 2) aumentaria?

- (0) Discordo
- (1) Não discordo e nem concordo
- (2) Concordo

Você acha que seu par (pessoa com cargo/experiência equivalente) faria a mesma escolha que você?

(0) Discordo

(1) Não discordo e nem concordo

(2) Concordo

Você já esteve envolvido em processos de auditoria?

(0) Não

(2) Sim

Você já esteve envolvido em processos contábeis que envolveram discussões sobre *impairment* e/ou Unidades Geradoras de Caixa?

(0) Não

(2) Sim

APÊNDICE C

Segue abaixo o instrumento experimental utilizado para a situação FE em E1 e E2 e com o participante respondendo em nome do gestor.

Informações sobre a atividade

Caro(a) participante,

Essa atividade está sendo conduzida pelo aluno de Mestrado em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto – FEARP/USP – Bruno Meggiato Grabert sob a orientação do Prof. Dr. Vinicius Aversari Martins e terá duração aproximada de 20 minutos.

O estudo está contido no campo das **escolhas contábeis**, as quais são entendidas como **qualquer decisão cujo propósito primário é influenciar a forma e/ou o conteúdo dos resultados das informações contábeis**. As decisões podem ser vistas como um *trade-off* feito com base em incentivos conectados a outros agentes (reguladores, acionistas e auditores, por exemplo) que também têm interesses que podem influenciar os resultados contábeis.

Você, como membro participante da atividade, terá o papel de indicar **qual escolha contábil o gestor da empresa faria, dada determinada circunstância apresentada**.

Todos os cuidados necessários para a manutenção da confidencialidade das informações serão tomados. A atividade será realizada anonimamente.

A seguir você preencherá um questionário de 15 questões para obtenção dos dados demográficos da pesquisa e, em seguida, tomará conhecimento da situação em que o gestor se encontra para a tomada de decisão; posteriormente dará sua opinião sobre qual escolha contábil o gestor faria. Ao final mais algumas questões de controle serão feitas para assegurar a robustez da atividade.

Agradeço antecipadamente a sua colaboração.

Questionário demográfico

1. Idade:
2. Cidade e estado onde nasceu:
3. Cidade e estado onde reside:
4. Cidade e estado onde trabalha:
5. Sexo: () Masculino () Feminino
6. () Casado () Solteiro
7. Quantidades de filhos?
8. Qual é seu nível de escolaridade?
9. Qual é(são) seu(s) curso(s) de graduação?
10. Possui curso(s) de pós-graduação concluído(s) ou em andamento?
 - i. _____
 - ii. _____
 - iii. _____
11. Quantos anos de experiência profissional possui?
12. Há quantos anos atua como gestor?
13. Qual é o cargo exercido atualmente?
14. Já exerceu alguma atividade relacionada a tomada de decisão contábil? Qual?

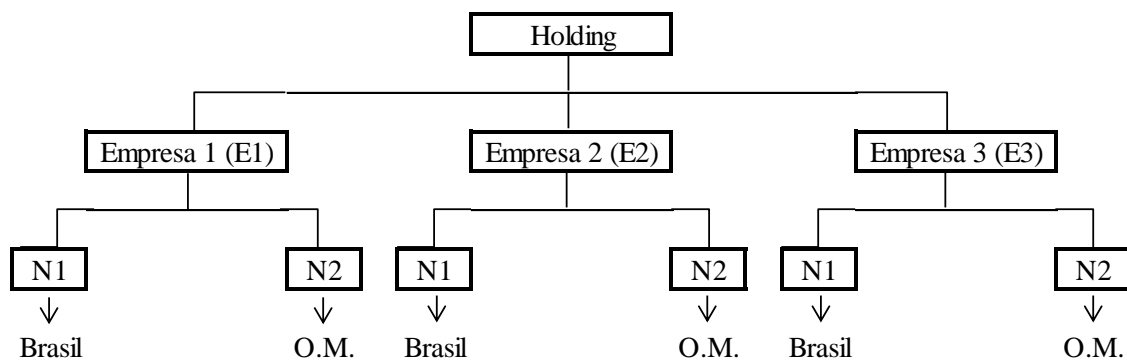
15. Perfil do empregador:
 - a. Setor público
 - b. Companhia de grande porte (ativo superior a R\$240 milhões ou receita bruta anual superior a R\$300 milhões) de capital fechado
 - c. Companhia de pequeno e médio porte de capital fechado
 - d. Companhia de capital aberto
 - e. Companhia do 3º setor (ex. ONGs)
 - f. Tenho meu próprio negócio

O CASO

O negócio empresarial

A estrutura organizacional do grupo de empresas onde a situação ocorre possui 1 holding, 3 empresas controladas (E1, E2 e E3) e cada empresa possui dois negócios (cada negócio é segregado societariamente em outras 2 empresas): as empresas do negócio 1 (N1) produzem derivados do petróleo, e são todas localizadas no Brasil; as empresas do negócio 2 (N2) produzem e fornecem petróleo bruto, e estão todas localizadas no Oriente Médio.

Abaixo é encontrado o organograma ilustrativo do grupo:



Como se pode observar, cada empresa possui dois negócios (N1, N2). O primeiro é uma empresa que produz derivados do petróleo, sediada no Brasil, local para onde as vendas são escoadas. A matéria-prima, petróleo bruto, é comprada pelas N1 exclusivamente das empresas do segundo negócio (N2), sediados no Oriente Médio. 90% das vendas do primeiro negócio (N1) são destinadas a clientes externos à empresa, já as vendas das N2 são 100% destinadas para a produção final das N1.

A política do grupo é de que todas as Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) sejam devidamente identificadas de acordo com as normas contábeis vigentes no Brasil (IFRS), as quais ditam que a unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são **em grande parte independentes** das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos. Isso reforça a necessidade de uma avaliação criteriosa por parte da gestão para a identificação de cada unidade geradora de caixa (UGC).

A Auditoria Externa e Coleta de Evidências

Nos anos anteriores a auditoria externa executou seus testes para a verificação da ocorrência de *impairment* em cada empresa (E1, E2 e E3) solicitando um laudo de avaliação elaborado por especialistas internos ao Grupo. Esse laudo interno aponta que as entradas de caixa das N2 (Oriente Médio, produtoras de petróleo bruto) não são independentes e que a administração toma decisões sobre a continuidade ou baixa de ativos do segmento de negócio (N1 + N2) e que, portanto esses dois negócios conjuntos de cada Empresa são considerados como uma única Unidade Geradora de Caixa. Ou seja, a Unidade Geradora de Caixa é, conforme os especialistas internos, o conjunto formado por N1 mais N2 de cada empresa (E1, E2 e E3).

Sabe-se, todavia, que há mercado ativo para petróleo bruto no Oriente Médio e que o N2 (produtores de petróleo) de cada Empresa seria capaz de efetuar suas vendas a terceiros que não o N1.

Caso a auditoria externa modificasse a sua fonte de evidência para a avaliação de um laudo elaborado por especialistas externos, provavelmente haveria fortes indícios que as Unidades Geradoras de Caixa deveriam ser consideradas separadamente, pois nesse laudo haveria a menção de existência de mercado ativo para petróleo bruto no Oriente Médio.

As Escolhas Contábeis Possíveis

No caso de a auditoria coletar evidências externas, e o gestor efetuar a escolha de uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC = N1+N2) [**Escolha contábil 2**], o fato seria interpretado como uma atitude contra as políticas da firma e o gestor seria transferido para o negócio do Oriente Médio, independente do resultado contábil decorrente da escolha.

Se os dois negócios forem consideradas como uma única UGC (**Escolha contábil 2**), então o *impairment* resultaria em uma perda de R\$100 mil, mesmo assim o resultado líquido na **E3** seria lucro de R\$ 700 mil. O resultado maior ou igual a R\$ 700 mil garantiria ao gestor um bônus de 8 salários. O resultado abaixo de R\$ 700 mil não garantiria bônus ao gestor.

Se os dois negócios forem considerados separadamente pelo gestor como duas unidades geradoras de caixa (UGC1 = N1; UGC2 = N2) [**Escolha contábil 1**], então haveria *impairment* de ativos, resultando em uma perda de R\$2.000 mil. Isso provocaria um prejuízo

na **E3** igual a R\$1.200 mil. O gestor não receberia nenhum bônus, porém permaneceria no Brasil, pois sua escolha não estaria em desacordo com as políticas da firma.

A Situação

Durante o ano fiscal, o gestor da E3, fica sabendo, **antes do início dos trabalhos de auditoria na E3**, que a auditoria nas outras empresas (E1 e E2) “mudou completamente a natureza dos testes que o gestor poderia prever”, “pela primeira vez os auditores contataram terceiros para obterem confirmações”, “os auditores estão insistindo na confirmação de terceiros” e “a auditoria está menos previsível que no ano anterior”.

Pergunta-se: Qual escolha contábil **o gestor** da E3 faria?

- () Escolha contábil 1 – Unidades Geradoras de Caixa separadas.
- () Escolha contábil 2 – Unidades Geradoras de Caixa juntas.

Questões de Consistência Interna da Atividade

O gestor fez essa escolha devido ao fato de a auditoria externa ter modificado seus procedimentos na E1 e na E2 e, portanto, poderia verificar que o arranjo das Unidades Geradoras de Caixa deveria ser feito separadamente?

- (0) Discordo
- (1) Não discordo e nem concordo
- (2) Concordo

Se a auditoria externa tivesse modificado seus procedimentos somente na E2 e permanecido com o mesmo procedimento na E1, o gestor mudaria sua escolha?

- (0) Discordo
- (1) Não discordo e nem concordo
- (2) Concordo

E se a auditoria externa não tivesse modificado seus procedimentos nas outras duas empresas do grupo (E1 e E2), o gestor mudaria sua escolha?

- (0) Discordo
- (1) Não discordo e nem concordo
- (2) Concordo

Você percebeu que se a auditoria não tivesse modificado seus procedimentos nas outras duas empresas do grupo (E1 e E2) a probabilidade de detecção do gestor (no caso da Escolha contábil 2) diminuiria?

- (0) Discordo
- (1) Não discordo e nem concordo
- (2) Concordo

Você percebeu que se que se a auditoria externa não tivesse modificado seus procedimentos nas outras duas empresas do grupo (E1 e E2) a probabilidade de punição ao gestor [mudança para o Oriente Médio] (no caso da Escolha contábil 2) diminuiria?

- (0) Discordo
- (1) Não discordo e nem concordo
- (2) Concordo

Você acha que seu par (pessoa com cargo/experiência equivalente) faria a mesma escolha que o gestor?

(0) Discordo

(1) Não discordo e nem concordo

(2) Concordo

Você já esteve envolvido em processos de auditoria?

(0) Não

(2) Sim

Você já esteve envolvido em processos contábeis que envolveram discussões sobre *impairment* e/ou Unidades Geradoras de Caixa?

(0) Não

(2) Sim

APÊNDICE D

Segue abaixo o instrumento experimental utilizado para a situação FE em E1 e E2 e com o participante respondendo em nome próprio.

Informações sobre a atividade

Caro(a) participante,

Essa atividade está sendo conduzida pelo aluno de Mestrado em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto – FEARP/USP – Bruno Meggiato Grabert sob a orientação do Prof. Dr. Vinicius Aversari Martins e terá duração aproximada de 20 minutos.

O estudo está contido no campo das **escolhas contábeis**, as quais são entendidas como **qualquer decisão cujo propósito primário é influenciar a forma e/ou o conteúdo dos resultados das informações contábeis**. As decisões podem ser vistas como um *trade-off* feito com base em incentivos conectados a outros agentes (reguladores, acionistas e auditores, por exemplo) que também têm interesses que podem influenciar os resultados contábeis.

Você, como membro participante da atividade, terá o papel de indicar **qual escolha contábil você faria, dada determinada circunstância apresentada**.

Todos os cuidados necessários para a manutenção da confidencialidade das informações serão tomados. A atividade será realizada anonimamente.

A seguir você preencherá um questionário de 15 questões para obtenção dos dados demográficos da pesquisa e, em seguida, tomará conhecimento da situação em que você se encontra para a tomada de decisão; posteriormente dará sua opinião sobre qual escolha contábil você faria. Ao final mais algumas questões de controle serão feitas para assegurar a robustez da atividade.

Agradeço antecipadamente a sua colaboração.

Questionário demográfico

1. Idade:
2. Cidade e estado onde nasceu:
3. Cidade e estado onde reside:
4. Cidade e estado onde trabalha:
5. Sexo: () Masculino () Feminino
6. () Casado () Solteiro
7. Quantidades de filhos?
8. Qual é seu nível de escolaridade?
9. Qual é(são) seu(s) curso(s) de graduação?
10. Possui curso(s) de pós-graduação concluído(s) ou em andamento?
 - i. _____
 - ii. _____
 - iii. _____
11. Quantos anos de experiência profissional possui?
12. Há quantos anos atua como gestor?
13. Qual é o cargo exercido atualmente?
14. Já exerceu alguma atividade relacionada a tomada de decisão contábil? Qual?

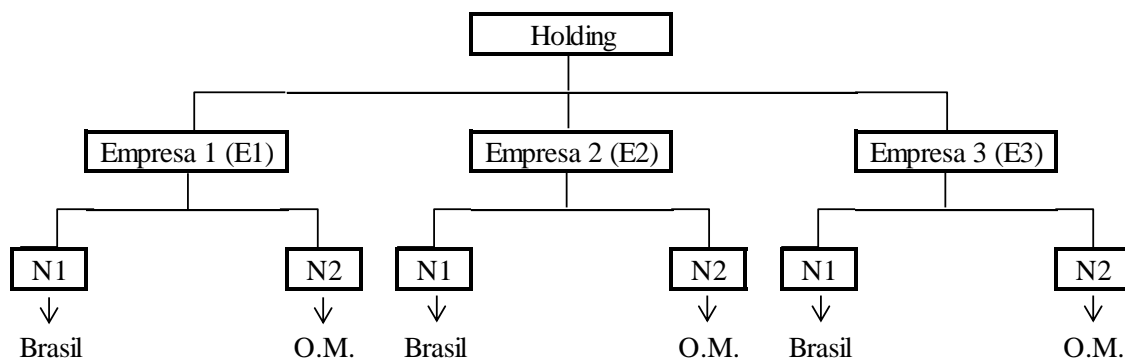
15. Perfil do empregador:
 - a. Setor público
 - b. Companhia de grande porte (ativo superior a R\$240 milhões ou receita bruta anual superior a R\$300 milhões) de capital fechado
 - c. Companhia de pequeno e médio porte de capital fechado
 - d. Companhia de capital aberto
 - e. Companhia do 3º setor (ex. ONGs)
 - f. Tenho meu próprio negócio

O CASO

O negócio empresarial

A estrutura organizacional do grupo de empresas onde a situação ocorre possui 1 holding, 3 empresas controladas (E1, E2 e E3) e cada empresa possui dois negócios (cada negócio é segregado societariamente em outras 2 empresas): as empresas do negócio 1 (N1) produzem derivados do petróleo, e são todas localizadas no Brasil; as empresas do negócio 2 (N2) produzem e fornecem petróleo bruto, e estão todas localizadas no Oriente Médio.

Abaixo é encontrado o organograma ilustrativo do grupo:



Como se pode observar, cada empresa possui dois negócios (N1, N2). O primeiro é uma empresa que produz derivados do petróleo, sediada no Brasil, local para onde as vendas são escoadas. A matéria-prima, petróleo bruto, é comprada pelas N1 exclusivamente das empresas do segundo negócio (N2), sediados no Oriente Médio. 90% das vendas do primeiro negócio (N1) são destinadas a clientes externos à empresa, já as vendas das N2 são 100% destinadas para a produção final das N1.

A política do grupo é de que todas as Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) sejam devidamente identificadas de acordo com as normas contábeis vigentes no Brasil (IFRS), as quais ditam que a unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são **em grande parte independentes** das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos. Isso reforça a necessidade de uma avaliação criteriosa por parte da gestão para a identificação de cada unidade geradora de caixa (UGC).

A Auditoria Externa e Coleta de Evidências

Nos anos anteriores a auditoria externa executou seus testes para a verificação da ocorrência de *impairment* em cada empresa (E1, E2 e E3) solicitando um laudo de avaliação elaborado por especialistas internos ao Grupo. Esse laudo interno aponta que as entradas de caixa das N2 (Oriente Médio, produtoras de petróleo bruto) não são independentes e que a administração toma decisões sobre a continuidade ou baixa de ativos do segmento de negócio (N1 + N2) e que, portanto esses dois negócios conjuntos de cada Empresa são considerados como uma única Unidade Geradora de Caixa. Ou seja, a Unidade Geradora de Caixa é, conforme os especialistas internos, o conjunto formado por N1 mais N2 de cada empresa (E1, E2 e E3).

Sabe-se, todavia, que há mercado ativo para petróleo bruto no Oriente Médio e que o N2 (produtores de petróleo) de cada Empresa seria capaz de efetuar suas vendas a terceiros que não o N1.

Caso a auditoria externa modificasse a sua fonte de evidência para a avaliação de um laudo elaborado por especialistas externos, provavelmente haveria fortes indícios que as Unidades Geradoras de Caixa deveriam ser consideradas separadamente, pois nesse laudo haveria a menção de existência de mercado ativo para petróleo bruto no Oriente Médio.

As Escolhas Contábeis Possíveis

No caso de a auditoria coletar evidências externas, e o gestor efetuar a escolha de uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC = N1+N2) [**Escolha contábil 2**], o fato seria interpretado como uma atitude contra as políticas da firma e o gestor seria transferido para o negócio do Oriente Médio, independente do resultado contábil decorrente da escolha.

Se os dois negócios forem consideradas como uma única UGC (**Escolha contábil 2**), então o *impairment* resultaria em uma perda de R\$100 mil, mesmo assim o resultado líquido na **E3** seria lucro de R\$ 700 mil. O resultado maior ou igual a R\$ 700 mil garantiria ao gestor um bônus de 8 salários. O resultado abaixo de R\$ 700 mil não garantiria bônus ao gestor.

Se os dois negócios forem considerados separadamente pelo gestor como duas unidades geradoras de caixa (UGC1 = N1; UGC2 = N2) [**Escolha contábil 1**], então haveria *impairment* de ativos, resultando em uma perda de R\$2.000 mil. Isso provocaria um prejuízo

na **E3** igual a R\$1.200 mil. O gestor não receberia nenhum bônus, porém permaneceria no Brasil, pois sua escolha não estaria em desacordo com as políticas da firma.

A Situação

Durante o ano fiscal, **você**, gestor da E3, fica sabendo, **antes do início dos trabalhos de auditoria na E3**, que a auditoria nas outras empresas (E1 e E2) “mudou completamente a natureza dos testes que o gestor poderia prever”, “pela primeira vez os auditores contataram terceiros para obterem confirmações”, “os auditores estão insistindo na confirmação de terceiros” e “a auditoria está menos previsível que no ano anterior”.

Pergunta-se: Qual escolha contábil **você** faria?

- () Escolha contábil 1 – Unidades Geradoras de Caixa separadas.
- () Escolha contábil 2 – Unidades Geradoras de Caixa juntas.

Questões de Consistência Interna da Atividade

Você fez essa escolha devido ao fato de a auditoria externa ter modificado seus procedimentos na E1 e na E2 e, portanto, poderia verificar que o arranjo das Unidades Geradoras de Caixa deveria ser feito separadamente?

- (0) Discordo
- (1) Não discordo e nem concordo
- (2) Concordo

Se a auditoria externa tivesse modificado seus procedimentos somente na E2 e permanecido com o mesmo procedimento na E1, você mudaria sua escolha?

- (0) Discordo
- (1) Não discordo e nem concordo
- (2) Concordo

E se a auditoria externa não tivesse modificado seus procedimentos nas outras duas empresas do grupo (E1 e E2), você mudaria sua escolha?

- (0) Discordo
- (1) Não discordo e nem concordo
- (2) Concordo

Você percebeu que se que se a auditoria externa não tivesse modificado seus procedimentos nas outras duas empresas do grupo (E1 e E2) a probabilidade de detecção do seu erro (no caso da Escolha contábil 2) diminuiria?

- (0) Discordo
- (1) Não discordo e nem concordo
- (2) Concordo

Você percebeu que se que se a auditoria externa não tivesse modificado seus procedimentos nas outras duas empresas do grupo (E1 e E2) a probabilidade de punição a você [mudança para o Oriente Médio] (no caso da Escolha contábil 2) diminuiria?

- (0) Discordo
- (1) Não discordo e nem concordo
- (2) Concordo

Você acha que seu par (pessoa com cargo/experiência equivalente) faria a mesma escolha que você?

(0) Discordo

(1) Não discordo e nem concordo

(2) Concordo

Você já esteve envolvido em processos de auditoria?

(0) Não

(2) Sim

Você já esteve envolvido em processos contábeis que envolveram discussões sobre *impairment* e/ou Unidades Geradoras de Caixa?

(0) Não

(2) Sim